

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	20
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	75
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	77
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	78
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	14.705
Preferenciais	22.242
Total	36.947
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	1.703.880	1.631.964
1.01	Ativo Circulante	575.674	508.446
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	357.693	299.308
1.01.03	Contas a Receber	47.978	45.556
1.01.03.01	Clientes	37.660	36.492
1.01.03.01.01	Revendedores	37.660	36.492
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.318	9.064
1.01.03.02.01	Ativo Financeiro Indenizável	10.318	9.064
1.01.04	Estoques	1.850	1.847
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	3.954
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	3.954
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.812	659
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	159.341	157.122
1.01.08.03	Outros	159.341	157.122
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	243	626
1.01.08.03.02	Outros Créditos	6.347	3.786
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro - Sabesp	8.589	7.868
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	143.550	132.732
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	612	12.110
1.02	Ativo Não Circulante	1.128.206	1.123.518
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	875.424	870.022
1.02.01.07	Tributos Diferidos	145.695	124.665
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	145.695	124.665
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	729.729	745.357
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	45.174	32.040
1.02.01.10.04	Arrendamento UTE Piratininga	192.575	232.290
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizável	205.367	202.073
1.02.01.10.06	Ativo Reversível da Concessão	195.374	195.374
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro - Sabesp	91.239	83.580
1.02.02	Investimentos	161.934	164.186
1.02.03	Imobilizado	78.821	78.763
1.02.04	Intangível	12.027	10.547
1.02.04.01	Intangíveis	12.027	10.547

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	1.703.880	1.631.964
2.01	Passivo Circulante	103.264	128.545
2.01.02	Fornecedores	10.219	6.225
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.219	6.225
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.276	6.573
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.276	6.573
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.276	6.573
2.01.05	Outras Obrigações	84.769	115.747
2.01.05.02	Outros	84.769	115.747
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.756	9.138
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	10.739	17.059
2.01.05.02.05	Obrigações Setoriais	3.319	2.647
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	186	171
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	45.600	56.890
2.01.05.02.08	Obrigações Especiais - RGR	1.801	1.801
2.01.05.02.09	Cauções e Depósitos Vinculados	0	11.639
2.01.05.02.10	Outras obrigações - Investimentos na concessão	10.318	9.064
2.01.05.02.12	Outras obrigações - COMGÁS	534	502
2.01.05.02.13	Outros passivos	9.516	6.836
2.02	Passivo Não Circulante	832.308	765.685
2.02.02	Outras Obrigações	750.768	687.832
2.02.02.02	Outros	750.768	687.832
2.02.02.02.03	Obrigações Setoriais	769	769
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	415.973	395.592
2.02.02.02.05	Obrigações Especiais - RGR	6.299	7.200
2.02.02.02.06	Outras obrigações - Investimentos na concessão	317.430	274.347
2.02.02.02.07	Outras obrigações - COMGÁS	10.297	9.924
2.02.04	Provisões	81.540	77.853
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	81.453	77.773
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	3.522	4.478
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	33.239	33.525
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	44.692	39.770
2.02.04.02	Outras Provisões	87	80
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	77	70
2.02.04.02.04	Outras Provisões	10	10
2.03	Patrimônio Líquido	768.308	737.734
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	319.867	324.727
2.03.04.01	Reserva Legal	38.380	38.380
2.03.04.02	Reserva Estatutária	144.076	144.076
2.03.04.03	Reserva para Contingências	101.391	101.391
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	36.020	36.020

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	4.860
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	35.434	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-259.534	-259.534

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	103.844	225.594	110.178	217.984
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-88.142	-194.747	-80.937	-167.030
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos (Nota 22)	-88.142	-194.747	-80.937	-167.030
3.03	Resultado Bruto	15.702	30.847	29.241	50.954
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.330	-32.776	-20.193	-25.168
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.449	-43.837	-22.370	-44.553
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	6.349
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-242	-842	-4.522	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.361	11.903	6.699	13.036
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.372	-1.929	9.048	25.786
3.06	Resultado Financeiro	27.990	68.524	40.071	88.184
3.06.01	Receitas Financeiras	28.188	69.091	40.258	88.546
3.06.01.01	Receitas Financeiras (Nota 23)	12.454	23.764	6.858	13.695
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas (Nota 23)	15.734	45.327	33.400	74.851
3.06.02	Despesas Financeiras	-198	-567	-187	-362
3.06.02.01	Despesas Financeiras (Nota 23)	-198	-567	-187	-362
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	30.362	66.595	49.119	113.970
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-736	-11.187	-8.975	-26.820
3.08.01	Corrente	-25.533	-32.215	-29.750	-38.573
3.08.02	Diferido	24.797	21.028	20.775	11.753
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	29.626	55.408	40.144	87.150
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	29.626	55.408	40.144	87.150
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,75632	1,41451	1,02483	2,22484
3.99.01.02	PN	0,83195	1,55596	1,12731	2,44732

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	29.626	55.408	40.144	87.150
4.03	Resultado Abrangente do Período	29.626	55.408	40.144	87.150

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	27.534	45.023
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	78.969	59.384
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	55.408	87.150
6.01.01.02	Resultado de equivalência patrimonial	-11.903	-13.036
6.01.01.03	Depreciação/amortização	782	717
6.01.01.04	Despesa de entidade de plano de previdência	28.445	15.872
6.01.01.05	Provisão riscos trabalhistas, cíveis e tributários	7.353	20.817
6.01.01.06	Tributos diferidos	2.906	-11.754
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	0	104
6.01.01.08	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-46.908	-77.392
6.01.01.09	Atualização depósitos vinculados	2.216	-265
6.01.01.10	Baixa imobilizado	0	1.459
6.01.01.11	Juros e variações monetárias acordo Sabesp	-8.380	-6.663
6.01.01.12	Provisão - Investimentos na Concessão	49.346	42.616
6.01.01.13	Apropriação Comgás	-255	-241
6.01.01.14	Ganho alienação de bens e direitos	-41	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-41.654	9.594
6.01.02.01	Revendedores	-1.168	-458
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	383	232
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.954	37.157
6.01.02.05	Estoques	-3	14
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-8.153	-1.601
6.01.02.07	Cauções e depósitos vinculados	-11.769	-6.196
6.01.02.08	Sabesp	0	10.844
6.01.02.09	Outros créditos	-2.561	-5.736
6.01.02.10	Fornecedores	3.994	3.400
6.01.02.11	Folhas de Pagamento	-1.498	-646
6.01.02.12	Obrigações estimadas - folha de pagamento	-4.822	-1.927
6.01.02.13	Contribuições para plano de previdência	-19.354	-11.586
6.01.02.14	Tributos e contribuições sociais	-2.268	-1.276
6.01.02.15	Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.151	0
6.01.02.16	Obrigações setoriais	672	-425
6.01.02.17	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	-3.666	-8.689
6.01.02.18	Encargos de uso da rede elétrica	15	-5
6.01.02.19	Obrigações especiais - RGR	-901	-900
6.01.02.20	Outros	3.340	-2.608
6.01.03	Outros	-9.781	-23.955
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-23.936	-34.049
6.01.03.02	Depósitos Vinculados	0	94
6.01.03.03	Dividendos recebidos	14.155	10.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	63.969	-34.901
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-482	-1.025
6.02.02	Aquisição de ativos indenizáveis	-9.557	-34.421
6.02.03	Recebimento de arrendamento financeiro	75.805	66.112
6.02.04	Aquisições de Intangíveis	-1.838	-1.567

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.02.05	Integralização de capital em controlada	0	-64.000
6.02.06	Indenização Santana de Parnaíba	41	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-33.118	-265.309
6.03.01	Juros sobre o Capital Próprios e dividendos pagos	-29.563	-265.309
6.03.02	Pagamento óleo combustível	-3.555	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	58.385	-255.187
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	299.308	507.702
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	357.693	252.515

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	390.642	294.061	0	-259.534	710.580
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	390.642	294.061	0	-259.534	710.580
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-4.860	-19.974	0	-24.834
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-19.974	0	-19.974
5.04.08	Aprovação de dividendo adicional proposto	0	0	-4.860	0	0	-4.860
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	55.408	0	55.408
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.408	0	55.408
5.07	Saldos Finais	285.411	390.642	289.201	35.434	-259.534	741.154

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	232.095	0	-186.123	718.513
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	232.095	0	-186.123	718.513
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-14.000	-16.771	0	-30.771
5.04.08	Aprovação de dividendo adicional proposto - ano calendário 2020	0	0	-14.000	0	0	-14.000
5.04.09	Dividendo obrigatório (JCP)	0	0	0	-16.771	0	-16.771
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	87.150	0	87.150
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	87.150	0	87.150
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	218.095	70.379	-186.123	774.892

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	257.629	257.157
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	229.954	227.203
7.01.02	Outras Receitas	-842	6.349
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	28.517	23.709
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-104
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-150.190	-135.374
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-150.190	-135.374
7.03	Valor Adicionado Bruto	107.439	121.783
7.04	Retenções	-781	-717
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-781	-717
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	106.658	121.066
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	84.548	101.582
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.903	13.036
7.06.02	Receitas Financeiras	23.764	13.695
7.06.03	Outros	48.881	74.851
7.06.03.01	Variações monetárias líquidas	48.881	74.851
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	191.206	222.648
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	191.206	222.648
7.08.01	Pessoal	70.040	60.368
7.08.01.01	Remuneração Direta	39.168	42.210
7.08.01.02	Benefícios	28.445	15.872
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.427	2.286
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	58.693	71.976
7.08.02.01	Federais	53.462	67.377
7.08.02.03	Municipais	5.231	4.599
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.065	3.154
7.08.03.01	Juros	4.121	362
7.08.03.02	Aluguéis	2.944	2.792
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	55.408	87.150
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	55.408	87.150

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	1.705.040	1.632.597
1.01	Ativo Circulante	591.702	524.213
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	369.477	311.072
1.01.03	Contas a Receber	52.419	50.010
1.01.03.01	Clientes	42.101	40.946
1.01.03.01.01	Revendedores	42.101	40.946
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.318	9.064
1.01.03.02.01	Ativo Financeiro Indenizável	10.318	9.064
1.01.04	Estoques	1.850	1.847
1.01.06	Tributos a Recuperar	0	3.591
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	0	3.591
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.871	917
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	159.085	156.776
1.01.08.03	Outros	159.085	156.776
1.01.08.03.01	Tributos e Contrib. Sociais Compensáveis	243	626
1.01.08.03.02	Outros Créditos	6.091	3.440
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro - Sabesp	8.589	7.868
1.01.08.03.04	Arrendamento UTE Piratininga	143.550	132.732
1.01.08.03.05	Cauções e Depósitos Vinculados	612	12.110
1.02	Ativo Não Circulante	1.113.338	1.108.384
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	875.424	870.022
1.02.01.07	Tributos Diferidos	145.695	124.665
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	145.695	124.665
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	729.729	745.357
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	45.174	32.040
1.02.01.10.04	Arrendamento UTE Piratininga	192.575	232.290
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizável	205.367	202.073
1.02.01.10.06	Ativo Reversível da Concessão	195.374	195.374
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro - Sabesp	91.239	83.580
1.02.02	Investimentos	1.392	1.392
1.02.03	Imobilizado	224.344	226.232
1.02.04	Intangível	12.178	10.738
1.02.04.01	Intangíveis	12.178	10.738

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	1.705.040	1.632.597
2.01	Passivo Circulante	104.424	129.178
2.01.02	Fornecedores	10.891	6.713
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.891	6.713
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.757	6.711
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.757	6.711
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.757	6.711
2.01.05	Outras Obrigações	84.776	115.754
2.01.05.02	Outros	84.776	115.754
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.756	9.138
2.01.05.02.04	Folha de Pagamento	10.739	17.059
2.01.05.02.05	Obrigações setoriais	3.326	2.654
2.01.05.02.06	Encargos de Uso da Rede Elétrica	186	171
2.01.05.02.07	Entidade de Previdência a Empregados	45.600	56.890
2.01.05.02.08	Outras obrigações - Investimentos na concessão	10.318	9.064
2.01.05.02.10	Obrigações Especiais - RGR	1.801	1.801
2.01.05.02.11	Cauções e Depósitos Vinculados	0	11.639
2.01.05.02.12	Outros Passivos	9.516	6.836
2.01.05.02.13	Outras obrigações - Comgás	534	502
2.02	Passivo Não Circulante	832.308	765.685
2.02.02	Outras Obrigações	750.768	687.832
2.02.02.02	Outros	750.768	687.832
2.02.02.02.03	Obrigações setoriais	769	769
2.02.02.02.04	Outras obrigações - Investimentos na concessão	317.430	274.347
2.02.02.02.05	Entidade de Previdência a Empregados	415.973	395.592
2.02.02.02.06	Obrigações Especiais - RGR	6.299	7.200
2.02.02.02.07	Outras obrigações - Comgás	10.297	9.924
2.02.04	Provisões	81.540	77.853
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	81.453	77.773
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	3.522	4.478
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	33.239	33.525
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	44.692	39.770
2.02.04.02	Outras Provisões	87	80
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	77	70
2.02.04.02.04	Outras Provisões	10	10
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	768.308	737.734
2.03.01	Capital Social Realizado	285.411	285.411
2.03.01.01	Capital Subscrito e Integralizado	285.411	285.411
2.03.02	Reservas de Capital	387.130	387.130
2.03.02.07	Subvenções para Investimento	383.618	383.618
2.03.02.08	Incentivos Fiscais	3.512	3.512
2.03.04	Reservas de Lucros	319.867	324.727
2.03.04.01	Reserva Legal	38.380	38.380
2.03.04.02	Reserva Estatutária	144.076	144.076
2.03.04.03	Reserva para Contingências	101.391	101.391
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	36.020	36.020

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	4.860
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	35.434	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-259.534	-259.534

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	113.652	245.426	120.813	240.324
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-91.674	-202.651	-84.587	-174.146
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos (Nota 22)	-91.674	-202.651	-84.587	-174.146
3.03	Resultado Bruto	21.978	42.775	36.226	66.178
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.713	-44.722	-26.913	-38.252
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-19.471	-43.880	-22.391	-44.601
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	6.349
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-242	-842	-4.522	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.265	-1.947	9.313	27.926
3.06	Resultado Financeiro	28.618	69.494	40.175	86.830
3.06.01	Receitas Financeiras	28.817	70.062	40.362	88.793
3.06.01.01	Receitas Financeiras (Nota 23)	13.083	24.735	6.962	13.942
3.06.01.02	Variações Monetárias Líquidas (Nota 23)	15.734	45.327	33.400	74.851
3.06.02	Despesas Financeiras	-199	-568	-187	-1.963
3.06.02.01	Despesas Financeiras (Nota 23)	-199	-568	-187	-1.963
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	30.883	67.547	49.488	114.756
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.257	-12.139	-9.344	-27.606
3.08.01	Corrente	-26.054	-33.167	-30.119	-39.359
3.08.02	Diferido	24.797	21.028	20.775	11.753
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	29.626	55.408	40.144	87.150
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	29.626	55.408	40.144	87.150
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	29.626	55.408	40.144	87.150
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,75632	1,41451	1,02483	2,22484
3.99.01.02	PN	0,83195	1,55596	1,12731	2,44732

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	29.626	55.408	40.144	87.150
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	29.626	55.408	40.144	87.150
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	29.626	55.408	40.144	87.150

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	27.695	53.405
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	92.999	75.372
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) do período	55.408	87.150
6.01.01.02	Depreciação/amortização	2.909	2.845
6.01.01.03	Despesa de entidade de plano de previdência	28.445	15.872
6.01.01.04	Provisão riscos trabalhistas, cíveis e tributários	7.353	20.817
6.01.01.05	Tributos diferidos	2.906	-11.754
6.01.01.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	0	104
6.01.01.07	Juros sobre financiamentos	0	824
6.01.01.08	Juros e variações monetárias do arrendamento financeiro	-46.908	-77.392
6.01.01.09	Atualização depósitos vinculados	2.216	-265
6.01.01.10	Baixa imobilizado	0	1.459
6.01.01.11	Juros e variações monetárias acordo Sabesp	-8.380	-6.663
6.01.01.12	Provisão - Investimentos na Concessão	49.346	42.616
6.01.01.13	Apropriação Comgás	-255	-241
6.01.01.14	Ganho alienação de bens e direitos	-41	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-41.368	13.471
6.01.02.01	Revendedores	-1.155	-177
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	383	232
6.01.02.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.591	37.880
6.01.02.05	Estoques	-3	14
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-7.954	-1.518
6.01.02.07	Cauções de depósitos vinculados	-11.769	-3.479
6.01.02.08	Sabesp	0	10.844
6.01.02.09	Outros créditos	-2.651	-5.745
6.01.02.10	Fornecedores	4.178	3.513
6.01.02.11	Folha de pagamento	-1.498	-646
6.01.02.12	Obrigações estimadas - folha de pagamento	-4.822	-1.927
6.01.02.13	Contribuições para plano de previdência	-19.354	-11.586
6.01.02.14	Tributos e contribuições sociais	-2.256	-1.301
6.01.02.15	Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.482	0
6.01.02.16	Obrigações setoriais	672	-431
6.01.02.17	Pagamento de contingências cíveis e trabalhistas	-3.666	-8.689
6.01.02.18	Encargos de uso da rede elétrica	15	-5
6.01.02.19	Obrigações especiais - RGR	-901	-900
6.01.02.20	Outros	3.340	-2.608
6.01.03	Outros	-23.936	-35.438
6.01.03.01	Juros de financiamentos pagos	0	-1.008
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-23.936	-34.524
6.01.03.03	Depósitos vinculados	0	94
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	63.828	28.089
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-623	-2.035
6.02.02	Aquisição de ativos indenizáveis	-9.557	-34.421
6.02.03	Aquisição de intangível	-1.838	-1.567
6.02.04	Recebimento de arrendamento financeiro	75.805	66.112

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.02.05	Indenização - Santana de Parnaíba	41	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-33.118	-331.486
6.03.01	Financiamentos	0	-66.177
6.03.02	Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	-29.563	-265.309
6.03.03	Pagamento óleo combustível	-3.555	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	58.405	-249.992
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	311.072	518.714
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	369.477	268.722

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	390.642	294.061	0	-259.534	710.580	0	710.580
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	390.642	294.061	0	-259.534	710.580	0	710.580
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-4.860	-19.974	0	-24.834	0	-24.834
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-19.974	0	-19.974	0	-19.974
5.04.08	Aprovação dividendo adicional proposto	0	0	-4.860	0	0	-4.860	0	-4.860
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	55.408	0	55.408	0	55.408
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.408	0	55.408	0	55.408
5.07	Saldos Finais	285.411	390.642	289.201	35.434	-259.534	741.154	0	741.154

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	285.411	387.130	232.095	0	-186.123	718.513	0	718.513
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	285.411	387.130	232.095	0	-186.123	718.513	0	718.513
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-14.000	-16.771	0	-30.771	0	-30.771
5.04.08	Aprovação de dividendo adicional proposto - ano calendário 2020	0	0	-14.000	0	0	-14.000	0	-14.000
5.04.09	Dividendo obrigatório (JCP)	0	0	0	-16.771	0	-16.771	0	-16.771
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	87.150	0	87.150	0	87.150
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	87.150	0	87.150	0	87.150
5.07	Saldos Finais	285.411	387.130	218.095	70.379	-186.123	774.892	0	774.892

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	278.352	281.353
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	250.537	250.389
7.01.02	Outras Receitas	-842	6.349
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	28.657	24.719
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-104
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-154.309	-140.167
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-154.309	-140.167
7.03	Valor Adicionado Bruto	124.043	141.186
7.04	Retenções	-2.909	-2.845
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.909	-2.845
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	121.134	138.341
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	73.616	88.793
7.06.02	Receitas Financeiras	24.735	13.942
7.06.03	Outros	48.881	74.851
7.06.03.01	Variações monetárias líquidas	48.881	74.851
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	194.750	227.134
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	194.750	227.134
7.08.01	Pessoal	71.528	62.008
7.08.01.01	Remuneração Direta	40.567	43.752
7.08.01.02	Benefícios	28.445	15.872
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.516	2.384
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	60.749	73.991
7.08.02.01	Federais	55.518	69.392
7.08.02.03	Municipais	5.231	4.599
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.065	3.985
7.08.03.01	Juros	4.122	1.187
7.08.03.02	Aluguéis	2.943	2.798
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	55.408	87.150
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	55.408	87.150

Comentário do Desempenho

Comentários sobre o Desempenho Consolidado da EMAE do período findo em 30 de junho de 2022

Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida acumulada até o período findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 245,4 milhões, 2,1% superior aos R\$ 240,3 milhões registrados em 2021. Contribuíram para o aumento o acréscimo de R\$ 5 milhões na Receita relativa à construção de ativos da concessão; aumento de R\$ 3,8 milhões na Receita de Cotas de energia elétrica; e elevação de R\$ 1,4 milhão na receita de leilão. No trimestre as receitas mantiveram as mesmas tendências do acumulado, por exceção a receita relativa à construção de ativos da concessão que no trimestre apresentou redução de R\$ 8,1 milhões em relação ao mesmo período do exercício anterior. Quanto às demais apresentaram as seguintes variações: aumento de R\$ 4,4 milhões na receita de cotas e aumento de R\$ 1,0 milhão na receita de leilão.

Custos e despesas dos serviços de energia elétrica

Os custos e as despesas gerais e administrativas dos serviços de energia elétrica do primeiro semestre de 2022 atingiram o montante de R\$ 246,5 milhões, acréscimo de 12,7% em relação aos R\$ 218,7 milhões contabilizados em 2021. As principais variações ocorridas foram: acréscimo de R\$ 14,3 milhões nas despesas com serviços de terceiros em razão no aumento nos gastos com dragagem, remoção e destinação de resíduos e incremento nos dispêndios com apoio técnico operacional; aumento de R\$ 12,6 milhões nas despesas de entidade de previdência privada por conta do déficit técnico apurado no exercício anterior; majoração de R\$ 5,0 milhões nos custos relativos à construção de ativos da concessão; aumento de R\$ 6,7 milhões na provisão para a realização de investimentos na concessão devido à atualização financeira aplicada ao plano de investimentos; redução de R\$ 5,1 milhões nos créditos de PIS e COFINS por conta da utilização de créditos extemporâneos no exercício anterior. No trimestre, em sua maioria, os custos e despesas mantiveram as mesmas tendências do acumulado: acréscimo de R\$ 7,5 milhões nos gastos com serviços de terceiros; aumento de R\$ 6,3 milhões nas despesas de entidade de previdência privada; aumento de R\$ 3,4 milhões na provisão para a realização de investimentos na concessão; e redução de R\$ 2,4 milhões nos créditos de PIS e COFINS.

Outras receitas e despesas

Quanto à rubrica Outras Receitas e Despesas, no acumulado em 2022, houve o impacto negativo de R\$ 0,8 milhão sendo o principal valor de R\$ 0,7 milhão pago no período a título de doações e patrocínios.

Comentário do Desempenho

Resultado operacional Ebit e Ebitda

Com uma Receita Líquida de R\$ 245,4 milhões, Custos e Despesas dos Serviços de Energia Elétrica da ordem de R\$ 246,5 milhões e Outras Receitas e Despesas no valor de R\$ 0,8 milhão, a EMAE apurou prejuízo operacional antes do resultado financeiro de R\$ 1,9 milhão, queda de 107% ante aos R\$ 27,9 milhões positivos apurados em 2021. No trimestre, o lucro operacional foi de R\$ 2,3 milhões, queda de R\$ 75,7% em relação aos R\$ 9,3 milhões obtidos em 2021. Seguindo a mesma tendência, o *EBITDA* (Resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) apurou queda de 254% perfazendo apenas R\$ 1,0 milhão, ante os R\$ 30,8 milhões de 2021. No trimestre o *EBITDA* obtido foi de R\$ 3,7 milhões, redução de 65,4% em comparação aos R\$ 10,7 milhões de 2021.

Resultado financeiro

O resultado financeiro no período findo em 30 de junho de 2022 foi de R\$ 69,5 milhões, diminuição de 20% em relação aos R\$ 86,8 milhões contabilizados em 2021. Impactando positivamente, tivemos o aumento na rentabilidade das aplicações financeiras devido a elevação na SELIC, que no período findo em junho de 2022 foi de R\$ 9,6 milhões, elevação de 398,5% em relação ao R\$ 1,9 milhão auferido no mesmo período do ano anterior. Contribuindo negativamente citamos a redução nas receitas financeiras do arrendamento Usina UTP e do Ativo financeiro Sabesp, que no período foram de R\$ 2,7 milhões e R\$ 1,3 milhão, ante os R\$ 3,4 milhões e R\$ 1,3 milhão respectivamente, reconhecidos em 2021. Quanto às variações monetárias, a Companhia apurou o montante de R\$ 45,3 milhões, 39,4% menor que os R\$ 74,9 milhões reconhecidos em 2021. Contribuiu de forma expressiva a queda no IGPM aplicado sobre o contrato de arrendamento da usina UTP que nos primeiros seis meses de 2022 foram de 8,2%, ante os 15,1% de 2021. Amenizando a queda tivemos a elevação do IPCA que corrige o Ativo Financeiro Sabesp registrando 5,5% no acumulado até junho de 2022, em contrapartida aos 3,8% obtidos em 2021. Impactando negativamente tivemos ainda a correção aplicada sobre o depósito financeiro mantido pela Companhia referente ao óleo combustível vendido entre os anos de 2012 a 2014 e administrado pela EMAE até junho de 2022 onde houve a transferência dos R\$ 15,6 milhões à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. No trimestre, o resultado financeiro manteve a mesma tendência de queda do acumulado, registrando R\$ 28,6 milhões em 2022, redução de 28,8% em relação aos R\$ 40,2 milhões do mesmo período do ano anterior.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2022, no acumulado dos seis meses a EMAE apurou despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social no valor de R\$ 12,1 milhões, redução de 56% em relação aos R\$ 27,6 milhões contabilizados em 2021. A queda é justificada pela redução no lucro antes dos impostos, de R\$ 114,8 milhões em 2021, para R\$ 67,5 milhões em 2022. No trimestre o lucro antes dos impostos foi de R\$ 30,9 milhões, redução de 37,6 % em contrapartida aos R\$ 49,5 milhões reconhecidos em 2021. Mantendo a tendência de queda do trimestre, as despesas com tributos diretos em 2022 foram

Comentário do Desempenho

de R\$ 1,3 milhão, redução de 86,5% em relação aos R\$ 9,3 milhões contabilizados em 2021.

Lucro líquido

Assim, a EMAE encerrou os seis primeiros meses de 2022 registrando lucro líquido de R\$ 55,4 milhões, redução de 36,4% em razão dos R\$ 87,2 milhões apurados em 2021. No trimestre o lucro líquido foi de R\$ 29,6 milhões, queda de 26,2% em detrimento dos R\$ 40,1 milhões reconhecidos em 2021.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO E TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“EMAE” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de economia mista, de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo e suas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Fazenda do Estado de São Paulo, detém 97,61% das ações ordinárias da Companhia. Em relação às ações preferenciais, destacamos a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A que em 30 de junho de 2022 detém 64,82% das ações PN.

A Companhia tem como atividades principais o planejamento, construção, operação e manutenção de sistemas de produção e a comercialização de energia elétrica.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a EMAE tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

Concessão de usinas em regime de cotas

A EMAE opera o complexo hidroenergético Henry Borden, que compreende as estruturas do canal Pinheiros, os reservatórios e respectivos barramentos e estruturas de controle e vertimento, Guarapiranga, Billings e Rio das Pedras, na Região Metropolitana de São Paulo e a usina hidrelétrica Henry Borden, no município de Cubatão, e as usinas hidrelétricas - UHEs Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

Com a Medida Provisória 579 de 2012, convertida na lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a EMAE celebrou com a União, em 4 de dezembro de 2012, o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013 toda garantia física e potência de cada usina da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada à Receita Anual de Geração (RAG) e submetida aos padrões de qualidade de serviço estabelecidos pela ANEEL.

A RAG é calculada pela ANEEL, reajustada anualmente e revisada a cada 5 (cinco) anos. A tarifa resultante tem por objetivo cobrir a remuneração e os custos de operação, manutenção, administração, tributos e encargos setoriais como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D e compensação financeira pelo uso dos

Notas Explicativas

recursos hídricos. Na revisão tarifária de 2018, o valor da RAG passou a considerar também os investimentos em melhorias dos ativos da concessão de cada usina.

Além disso, para as geradoras no regime de cotas, não há encargos em função dos riscos hidrológicos, pois estes são assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência.

Em 20 de julho de 2021 foi publicada a Resolução Homologatória nº 2.902, que homologou as Receitas Anuais de Geração das usinas hidrelétricas em regime de cotas para o ciclo 2021-2022 nos termos da Lei nº 12.783/2013, com vigência a partir de 1º de julho de 2021 até 30 de junho de 2022 (Nota 27.3).

Controlada Pirapora Energia S.A. (“Pirapora” ou “Controlada”)

A Pirapora, subsidiária integral da Companhia, é uma Sociedade de Propósito Específico constituída para construir e operar a Pequena Central Hidrelétrica - PCH Pirapora. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429, de 24 de junho de 2008, estabeleceu o prazo de vigência da autorização em 30 anos, contados da data de sua publicação. A Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.242, de 6 de dezembro de 2011, transferiu da EMAE para a Pirapora a autorização para construir a PCH Pirapora. De acordo com essa autorização, ao final do prazo de vigência da mesma, os bens e instalações vinculados serão revertidos à União mediante indenização, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça por sua conta o livre escoamento das águas.

A construção da PCH Pirapora, com 25 MW de potência instalada e 17 MW de garantia física, foi concluída em dezembro de 2014. A liberação para entrada em operação comercial ocorreu mediante os Despachos nº 4.951, de 30 de dezembro de 2014, e 4.955, de 31 de dezembro de 2014, para as unidades 1 e 2, respectivamente.

A energia gerada pela Pirapora é comercializada por meio de contratos de venda de energia no ambiente regulado, correspondendo a 16 MW médios. Em 01 de janeiro de 2015 tiveram início os Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) com 27 distribuidoras. Esses contratos são provenientes do Leilão 03/2010 (A-5) realizado em 30 de julho de 2010. O período de fornecimento estipulado é de 30 anos, de 01 de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2044. A cláusula 4.5 desses contratos prevê que caso a permissão termine antes do período de suprimento o sucessor da titularidade da permissão assumirá todas as obrigações e direitos desse contrato.

Entretanto, após a promulgação das partes vetadas da Lei Federal nº 14.120, de 1º de março de 2021, houve a inclusão do §12 no art. 26 da Lei Federal nº 9.427, de 1996, considerando que o agente titular de outorga de autorização para geração de energia elétrica com prazo de 30 (trinta) anos, cuja usina esteja em operação em 1º de setembro de 2020 e que não tenha sido objeto de qualquer espécie de penalidade pela Aneel quanto ao cumprimento do cronograma de sua implantação, terá seu prazo de autorização contado a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora com ajuste quando necessário, do respectivo termo de outorga.

Notas Explicativas

Tendo em vista que é entendimento da Pirapora que essa Lei prorroga a autorização para coincidir com o término do contrato de comercialização firmado no ambiente regulado foi solicitado ajuste de prazo da outorga e aguarda posicionamento da Agência Reguladora.

Arrendamento Usina Termelétrica Piratininga

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termelétrica Piratininga (“UTE Piratininga”) em 27 de abril de 2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) que a opera em conjunto com sua usina Fernando Gasparian, aumentando a eficiência de ambas. O contrato de arrendamento foi autorizado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.218, de 22 de janeiro de 2008 e tem prazo de 17 anos contados a partir da data de sua assinatura. Além do contrato de arrendamento, foi firmado na ocasião um contrato de serviços de operação e manutenção da usina Piratininga pela EMAE.

A usina arrendada possui quatro unidades geradoras sendo que apenas as unidades 3 e 4 estão em plena operação, atendendo aos despachos do Operador Nacional do Sistema (ONS) desde 7 de agosto de 2017.

Expansão Fonte Térmica

A EMAE foi autorizada por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23 de junho de 2010 a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar minoritária ou majoritariamente do capital social de companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Em 24 de julho de 2019 o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) aprovou a viabilidade ambiental do empreendimento “Substituição Tecnológica das unidades 1 e 2 da usina Termelétrica Piratininga UTE - STP”.

A aprovação pelo CONSEMA permitiu a expedição da licença ambiental prévia pela CETESB, no dia 25 de julho de 2019, possibilitando que a EMAE participe dos leilões de energia, que serão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

A pandemia de coronavirus que acometeu o país em 2020, impactou fortemente a economia e causou drástica queda do PIB, com forte redução no consumo de energia e consequente sobre oferta por parte das Distribuidoras. Tal fato suspendeu a realização de leilões de energia, de modo que não há expectativa, no curto prazo, para participação de térmicas em leilões de energia nova.

Expansão com Fontes Renováveis

A Companhia tem avançado no sentido de incentivar o desenvolvimento de fontes alternativas e sustentáveis para a geração de energia elétrica, em linha com sua estratégia de longo prazo.

Notas Explicativas

Solar fotovoltaica

A partir da Chamada Pública n.º 02/2020 a EMAE estabeleceu dois consórcios com empresas privadas para o desenvolvimento e a instalação de empreendimentos fotovoltaicos flutuantes, com capacidade total de 90 MW, no reservatório Billings, localizado na cidade de São Paulo.

Hidrelétrica

Em 2012, por meio do Despacho n.º 720/2012, a ANEEL encaminhou ao Ministério de Minas e Energia, proposta de sobrestamento do pedido de renovação da concessão da UHE Edgard Souza. Consequentemente o contrato de concessão venceu por advento de prazo em 2018, onde por meio da Portaria n.º 313, de 30 de junho de 2018, o Ministério de Minas e Energia - MME dispensou a reversão dos bens vinculados à concessão da UHE Edgard de Souza com livre disponibilização destes para a EMAE.

Considerando esta decisão, e tendo em vista a publicação da aprovação do Estudo de Inventário de Aproveitamentos Hidrelétricos da cascata do rio Tietê, entre a sua confluência com o canal Pinheiros e o remanso de Barra Bonita, a Companhia iniciou as tratativas junto ao Poder Concedente e efetuou pedido de Interesse no Aproveitamento Hidroenergético Edgard Souza, o que foi concedido em abril de 2019. Em seguida a EMAE elaborou projeto básico e Sumário Executivo submetendo-os à aprovação da ANEEL para a emissão de Despacho de Registro de Adequabilidade do Sumário Executivo - DRS a fim de obter licenciamento e Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH. Em 2020, foi obtido o DRS e a outorga de recursos hídricos para o novo empreendimento. Contudo, em revisão das premissas adotadas inicialmente no projeto, foram verificadas inconsistências relacionadas às vazões hidrológicas e níveis d'água que foram revistas, sendo o projeto reapresentado à ANEEL em 30 de junho de 2022 aguarda nova aprovação.

Concessão de Áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial

Em 11 de novembro de 2020 a EMAE celebrou contrato com prazo de vigência de 264 meses concedendo um conjunto de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial. A proposta declarada vencedora foi apresentada pelo Consórcio Usina São Paulo, considerando o pagamento de outorga fixa no valor de R\$ 280,05 milhões, acrescida do pagamento referente à outorga variável, calculada sobre o faturamento bruto mensal do futuro empreendimento. As parcelas serão pagas até outubro de 2043, reajustadas anualmente pela variação do IGPM sendo calculadas conforme abaixo:

Período de vigência do contrato	Outorga variável % do faturamento bruto
1º ao 36º mês	4%
37º ao 72º mês	6%
73º mês até o término	8%

Notas Explicativas

Impactos do Covid -19 na Companhia

Em razão do Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ número 02/2020, emitido em 10 de março de 2020, a Companhia considerou os possíveis impactos em seus negócios decorrentes da pandemia causada pelo Covid-19 e não identificou efeitos econômicos para registro contábil em suas demonstrações financeiras em 2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil - CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária, e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações financeiras trimestrais - ITR.

As informações relevantes próprias das ITR individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para a emissão das ITR ocorreu na reunião da diretoria realizada em 19/07/2022. As Informações Trimestrais foram em seguida apreciadas pelo Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal e submetidas ao Conselho de Administração. Após a sua emissão, somente o Conselho de Administração tem a prerrogativa para alterar as ITR.

2.2 Moeda funcional e base de apresentação

Estas ITR individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os valores estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas ITR individuais e consolidadas, a Administração definiu premissas, com base no seu melhor julgamento das informações disponíveis à época e elaborou estimativas para calcular determinados valores reportados como ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas ITR em relação às utilizadas na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, divulgadas em 23 de março de 2022.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas cujos valores reconhecidos são significativos nas informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;

Notas Explicativas

- Nota 6 - Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 7 - Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido;
- Nota 9 - Apuração do ativo financeiro indenizável;
- Nota 10 - Ativo reversível da concessão;
- Nota 12 - Imobilizado: avaliação da vida útil e análise de impairment;
- Nota 14 - Mensuração da obrigação de benefício definido com entidade de previdência a empregados;
- Nota 15 - Reconhecimento e mensuração da provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários;
- Nota 17 - Outras Obrigações - Investimentos na concessão;
- Nota 26 - Instrumentos financeiros.

2.4 Base de mensuração

As ITR individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do ativo ou passivo líquido de benefício definido que é reconhecido pelo valor presente da obrigação do benefício definido deduzido do valor justo dos ativos do plano, conforme explicado na nota explicativa nº 16 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, divulgada em 23 de março de 2022.

2.5 Demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

As ITR consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e da sua controlada Pirapora Energia S.A. O exercício social da controlada incluída na consolidação coincide com o da controladora. As políticas contábeis adotadas pela controlada são aplicadas de forma uniforme com aquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Os principais procedimentos de consolidação foram: (a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas; e (b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da controlada.

2.6 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor adicionado gerado pela Companhia e sua controlada, bem como a sua distribuição durante o exercício e é apresentada como informação requerida pela legislação societária brasileira, com base nas orientações do CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar para fins da IAS 34.

Notas Explicativas

2.7 Informações por segmento

A Diretoria Colegiada da Companhia realiza o acompanhamento e a revisão das operações da Companhia e de sua controlada de forma integrada, considerando a existência de um único segmento que é o de geração de energia.

Dessa forma não são apresentadas informações por segmento, uma vez que elas são similares às apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado.

2.8 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas ITR estão consistentes com as apresentadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Conseqüentemente, estas informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, divulgadas em 23 de março de 2022.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Caixa e bancos conta movimento.....	242	2.549	242	2.549
Aplicações financeiras (a).....	357.451	296.759	369.235	308.523
	357.693	299.308	369.477	311.072

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, sem prazos fixados para o resgate e mantidos pela Companhia e sua controlada para uso em suas operações normais.

- (a) A Companhia e sua controlada aplicam suas disponibilidades em fundos de renda fixa de baixo risco de crédito, que rentabilizaram 6,2273% no período findo em 30 de junho de 2022, e 3,3316% em 31 de dezembro de 2021.

4. REVENDEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
a) Suprimento de Energia				
Fornecimento de energia para revendedores.	37.660	36.492	42.101	40.946

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o saldo das contas a receber de revendedores é composto somente de valores vincendos e, portanto, a Companhia

Notas Explicativas

entende que não há necessidade do registro de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa sobre os créditos a receber.

5. ARRENDAMENTO UTE PIRATININGA

5.1 Histórico

Em 27 de abril de 2007, a EMAE e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras celebraram o Instrumento Particular de Arrendamento dos Ativos da UTE Piratininga ("Arrendamento"), pelo período de 17 (dezessete) anos a partir da eficácia do contrato, com remuneração de R\$ 45 milhões por ano, pagáveis em parcelas semestrais, reajustadas pelo IGP-M, a partir do segundo ano, com a consequente transferência dos direitos de exploração de geração de energia elétrica.

Em 21 de maio de 2008, cumpridas as condições suspensivas então existentes, o contrato tornou-se eficaz. Na mesma data, a Petrobras cedeu todos os direitos e obrigações do instrumento particular de arrendamento para a Baixada Santista S.A. - BSE, sua subsidiária integral.

A BSE requereu a renovação da concessão junto à ANEEL, em 5 de julho de 2012, a qual foi ratificada posteriormente em 3 de julho de 2013, de acordo com a Lei nº 12.783, de 13 de janeiro de 2013. O prazo contratual da concessão encerrou-se em 7 de julho de 2015, mas não houve manifestação formal do Poder Concedente sobre o pedido e até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, continuava em processo de análise.

O arrendamento possui cláusula resolutiva caso não seja emitido novo ato autorizativo com a liquidação das obrigações pendentes. No entanto, a BSE assumiu a obrigação de devolver os bens arrendados, no final do prazo de dezessete anos, "no estado de uso e conservação em que os recebeu, consideradas as depreciações e inovações tecnológicas inerentes ao desenvolvimento da operação do Contrato", cabendo à Companhia direito a indenização caso a BSE não o faça.

A Administração da Companhia entende que a estimativa do valor a ser indenizado em caso de não renovação da concessão, pelo Poder Concedente e pela BSE, supera os montantes a serem recebidos pelas parcelas do arrendamento financeiro com a BSE.

5.2 Contabilização

A operação de Arrendamento da UTE Piratininga na data de seu início, foi classificada como arrendamento mercantil financeiro pelos seguintes motivos:

- transferência para o arrendatário dos riscos e benefícios inerentes ao controle e à propriedade da UTE;
- no início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos se aproximava do valor justo da UTE;

Notas Explicativas

- os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que somente o arrendatário poderia utilizá-los sem que fossem feitas modificações significativas.

Demonstração da movimentação do arrendamento UTE Piratininga:

Conta	Controladora e Consolidado				Saldo 30.06.22
	Saldo 31.12.21	Transferências	Encargos Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante.....	132.732	81.348	5.275	(75.805)	143.550
Não Circulante.....	232.290	(81.348)	41.633	-	192.575
	365.022	-	46.908	(75.805)	336.125

Demonstração de conciliação dos valores do arrendamento:

	Controladora e Consolidado	
	30.06.22	31.12.21
Valor nominal do contrato.....	765.000	765.000
Receita financeira não realizada (a).....	(13.872)	(19.147)
Variação monetária.....	734.315	692.682
Recebimentos.....	(1.149.318)	(1.073.513)
	336.125	365.022

(a) Referem-se aos juros ainda não realizados do contrato de arrendamento, inerentes aos recebimentos das parcelas futuras.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

Não circulante	
2023.....	67.090
2024.....	125.485
	192.575

Notas Explicativas

6. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Circulante				
Serviços em curso (a).....	2.763	2.467	2.763	2.467
Valores a receber - Energia Livre (b).....	4.144	4.144	4.144	4.144
Funcionários cedidos (c).....	1.505	1.546	1.505	1.546
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa (d)...	(6.776)	(7.433)	(6.776)	(7.433)
Adiantamento a colaboradores.....	2.517	-	2.517	-
Pirapora Energia S.A. compartilhamento de custos.....	281	346	-	-
Petrobrás - O&M.....	366	1.462	366	1.462
Aluguéis.....	207	201	207	201
Multas contratuais (e).....	799	512	824	512
Convênio SEEM - atual SIMA (Nota 20.3).....	529	529	529	529
Sucata (f).....	12	12	12	12
	6.347	3.786	6.091	3.440

- a) Referem-se a gastos incorridos pela EMAE decorrentes da aplicação em projetos de pesquisa e desenvolvimento, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
- b) Devido ao mandado de segurança nº 43739-91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADDEE, em 15 de setembro de 2010, que através de liminar suspendeu a cobrança do valor da RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária. A EMAE constituiu perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo integral do contas a receber de RTE;
- c) Referem-se a valores a receber pelos funcionários cedidos a outras entidades do Governo do Estado de São Paulo. Os valores vencidos há mais de 360 dias encontram-se provisionados na rubrica "Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa";
- d) O saldo das perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2022 correspondente a R\$ 6.776, sendo composto por: R\$ 1.505, funcionários cedidos; R\$ 4.144, RTE; R\$ 504, multas contratuais; R\$ 529, Convênio SEEM; e R\$ 94 referente a locações e aluguéis; Em dezembro de 2021 a EMAE recebeu da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA o montante de R\$ 4.719 referente a remuneração dos colaboradores cedidos entre o período de outubro de 2014 à Dezembro de 2016. Em razão dos valores estarem registrados como perdas estimadas em exercícios anteriores, a Companhia reconheceu a reversão no resultado de 2021;
- e) Referem-se a valores cobrados de terceiros em razão de atrasos na execução de obras, entrega de bens e outros;
- f) Referem-se a bens desmobilizados da ETU- Estação de Transformação de Usina - Usina São Paulo registrados a valor contábil que serão vendidos por meio de processo licitatório.

Notas Explicativas

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

7.1 Conciliação de Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado No trimestre

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	2° Tri/22	2° Tri/21	2° Tri/22	2° Tri/21	2° Tri/22	2° Tri/21	2° Tri/22	2° Tri/21
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	30.362	49.119	30.883	49.488	30.362	49.119	30.883	49.488
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(7.591)	(12.280)	(7.721)	(12.372)	(2.733)	(4.421)	(2.779)	(4.454)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial em controlada.....	1.591	1.675	-	-	572	603	-	-
Incentivos fiscais.....	554	380	554	380	-	-	-	-
Outros.....	5.053	3.728	5.053	3.728	1.818	1.340	1.817	1.339
b) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.....	-	-	1.367	1.527	-	-	452	508
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	(393)	(6.497)	(747)	(6.737)	(343)	(2.478)	(510)	(2.607)
Corrente.....	(18.626)	(21.773)	(18.980)	(22.013)	(6.907)	(7.977)	(7.074)	(8.106)
Diferido.....	18.233	15.276	18.233	15.276	6.564	5.499	6.564	5.499
Alíquota efetiva.....	1%	13%	2%	14%	1%	5%	2%	5%

Notas Explicativas

Acumulado

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21
Lucro antes dos impostos e contribuições.....	66.595	113.970	67.547	114.756	66.595	113.970	67.547	114.756
Alíquota vigente.....	25%	25%	25%	25%	9%	9%	9%	9%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(16.649)	(28.493)	(16.887)	(28.689)	(5.994)	(10.257)	(6.079)	(10.328)
a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes								
Equivalência patrimonial em controlada.....	2.976	3.259	-	-	1.071	1.173	-	-
Incentivos fiscais.....	799	727	799	727	-	-	-	-
Outros.....	4.863	4.982	4.863	4.982	1.747	1.789	1.746	1.789
b) Efeito regime lucro presumido de controlada								
Pirapora Energia S.A.....	-	-	2.572	2.942	-	-	847	971
Imposto de Renda e Contribuição Social contabilizado.....	(8.011)	(19.525)	(8.653)	(20.038)	(3.176)	(7.295)	(3.486)	(7.568)
Corrente.....	(23.473)	(27.798)	(24.115)	(28.311)	(8.742)	(10.775)	(9.052)	(11.048)
Diferido.....	15.462	8.273	15.462	8.273	5.566	3.480	5.566	3.480
Alíquota efetiva.....	12%	17%	13%	17%	5%	6%	5%	7%

Notas Explicativas

7.2 Composição dos impostos diferidos

	ATIVO		PASSIVO	
	Controladora e		Controladora e	
	Consolidado		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Imposto de Renda				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	104.180	93.281	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (b).....	-	-	70.403	77.062
Obrigação fiscal diferida Sabesp (c).....	-	-	24.957	22.862
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (d).....	98.308	98.308		
Contribuição Social				
Provisões temporariamente indedutíveis (a).....	37.505	33.581	-	-
Obrigação fiscal diferida arrendamento (b).....	-	-	25.345	27.742
Obrigação fiscal diferida Sabesp (c).....	-	-	8.984	8.230
Passivo (Ativo) fiscal diferido ORA (d).....	35.391	35.391		
	275.384	260.561	129.689	135.896
Compensação entre Ativos e Passivos (e).....	(129.689)	(135.896)	(129.689)	(135.896)
	145.695	124.665	-	-

- a) Referem-se a créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros, calculados sobre provisões temporariamente indedutíveis onde se destacam: provisão para investimentos na Concessão; contingências trabalhistas, cíveis e tributárias e a perda estimada na realização de créditos de liquidação duvidosa;
- b) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o ganho na operação de arrendamento da UTE Piratininga (Nota 5);
- c) Refere-se ao registro de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o Ativo financeiro Sabesp (Nota 20.1);
- d) Trata-se de ativo fiscal diferido constituído sobre o plano de benefício definido (Nota 14);
- e) Refere-se à compensação entre ativos e passivos diferidos. Os ativos diferidos são revisados a cada encerramento do exercício e podem ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

Notas Explicativas

8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Circulante				
Depósitos vinculados (a).....	612	12.110	612	12.110
	612	12.110	612	12.110
Não circulante				
Depósitos judiciais (b).....	45.174	32.040	45.174	32.040
	45.174	32.040	45.174	32.040
	45.786	44.150	45.786	44.150

- a) Em 18 de junho de 2022 a Companhia pagou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE o montante de R\$ 15.563, correspondente ao valor de R\$ 11.983 mais atualização financeira. O valor refere-se ao óleo combustível vendido no exercício de 2012 e mantido em contas de ativo e passivo pelo mesmo valor; i) depósito de R\$ 612 (R\$ 582 em 31 de dezembro de 2021) principal valor correspondente à caução contratual pago à ANEEL, em Outubro de 2018 e abril de 2019, vinculado à Usina Edgard de Souza.
- b) Trata-se de depósitos iniciais ou recursais envolvendo diversos processos cíveis, trabalhistas e tributários da Companhia. A EMAE questiona a legitimidade de determinadas ações e por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão foram depositados em juízo. Por ordem de valor econômico citamos os depósitos realizados em razão de ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária proposta pela EMAE referente ao IPTU do imóvel localizado na Avenida Guido Caloi, São Paulo-SP, apossado pelo Estado de São Paulo e posteriormente transferido para a FATEC-SP. Os depósitos realizados têm por finalidade garantir a suspensão da exigibilidade do tributo durante a tramitação do processo, cujo status encontra-se em fase recursal no Superior Tribunal de Justiça.

9. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

Refere-se a investimentos em infraestrutura de geração realizados após 31 de dezembro de 2012, data base de corte para fins de renovação dos contratos abarcados pela Lei nº 12.783, os quais serão remunerados e/ou ressarcidos por meio da RAG conforme Procedimento de Regulação Tarifária - PRORET - submódulo 12.

A Companhia classificou o ativo financeiro indenizável na categoria de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Notas Explicativas

Movimentação do ativo financeiro indenizável:

	Controladora e Consolidado					Saldo em 30.06.22
	Saldo em 31.12.21	Adições (a)	Transferência	Compensação (b)	Amortização (c)	
Circulante						
Ativo financeiro.....	9.064	-	6.263	-	(5.009)	10.318
	9.064	-	6.263	-	(5.009)	10.318
Não circulante						
Adiantamento a fornecedores...	20.800	-	-	(16.637)	-	4.163
Ativo financeiro.....	181.273	26.194	(6.263)	-	-	201.204
	202.073	26.194	(6.263)	(16.637)	-	205.367

- As adições do período referem-se a investimentos realizados nas usinas cotistas que aumentem a vida útil das unidades e em melhorias que trarão maior eficiência na produção energética.
- Corresponde a compensação de adiantamentos realizados pelo recebimento dos bens.
- Amortização dos investimentos realizados (Nota 17).

10. ATIVO REVERSÍVEL DA CONCESSÃO

Refere-se aos ativos reversíveis identificados pela Administração da Companhia. Nos termos do art. 2º do Decreto 7.850, de 30 de novembro de 2012, e a Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, após a fiscalização e a definição dos valores com base na metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR pela ANEEL esses ativos reversíveis serão indenizados pelo Poder Concedente.

Os ativos reversíveis registrados nessa conta não incluem os ativos relacionados com os projetos básicos, os quais foram indenizados em dezembro de 2012.

Em atendimento ao requerido no referido Decreto, a Administração da Companhia emitiu um Ofício à ANEEL, em 26 de dezembro de 2013, manifestando o interesse em receber a devida indenização relativa aos investimentos vinculados a bens reversíveis realizados nas Usinas da Companhia até 31 de dezembro de 2012, visando seu ressarcimento nos termos do artigo citado acima. A manifestação de interesse foi ratificada por meio de novo Ofício enviado à ANEEL em agosto de 2021, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 942/21, de 13 de julho de 2021, que alterou a REN nº 596/13.

Em 20 de fevereiro de 2017 a Companhia contratou consultoria especializada com o objetivo de elaboração de cálculos do Valor Novo de Reposição - VNR dos investimentos realizados até 31 de dezembro de 2012 e saldo de investimentos não amortizados até 31 de dezembro de 2012, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 596/13, para subsídio à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, nos moldes estabelecidos na Lei Federal nº 12.783, de 2013, de 11 de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

Os relatórios gerados naquele exercício demonstraram que não há razão para a constituição de estimativa para redução ao valor recuperável dos montantes pleiteados perante o órgão regulador, todavia, a ANEEL poderá apresentar valor de indenização diferente daquele pleiteado, o qual será analisado pela Companhia e caso aplicável realizará os ajustes de perdas ou ganhos que se fizerem necessários.

Em 01 de agosto de 2018, o Ministério de Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 313, de 30 de julho de 2018, dispensando a reversão dos bens vinculados à concessão do Aproveitamento de Potencial Hidráulico denominado UHE Edgard de Souza, extinta em 31 de outubro de 2012, com a livre disponibilização dos bens para a EMAE.

Considerando essa decisão, a Companhia iniciou tratativas junto ao Poder Concedente, visando obter autorização para motorizar a referida estrutura, com o aproveitamento integral das instalações atualmente existentes. Os bens inerentes à UHE Edgard de Souza estão registrados na rubrica Imobilizado, em curso, compondo o montante de R\$ 69.398 em 30 de junho de 2022.

O valor líquido contábil dos ativos reversíveis em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 195.374.

11. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21
Pirapora Energia S.A (a).....	160.542	162.794	-	-
Uso futuro.....	1.390	1.390	1.390	1.390
Prop. para Investimento - Áreas adjacentes - U.São Paulo (b).....	2	2	2	2
Total.....	161.934	164.186	1.392	1.392

(a) A Companhia possui o controle e participação em 100% do patrimônio da sua controlada Pirapora Energia S.A.. Em 2021 a EMAE integralizou R\$ 64.000 em sua controlada visando a quitação antecipada do financiamento contratado junto ao BNDES, que ocorreu 15 de março de 2021.

Abaixo, é apresentado um resumo das informações financeiras da controlada:

	30.06.22	31.12.21
Ativo.....	161.981	164.136
Passivo.....	1.439	1.342
Patrimônio Líquido.....	160.542	162.794
	30.06.22	30.06.21
Lucro do período.....	11.903	13.036

Notas Explicativas

	<u>Controlada</u>
Saldo em 31.12.2021.....	162.794
Aprovação de dividendo adicional proposto em A.G.O.....	(14.155)
Resultado de equivalência patrimonial.....	<u>11.903</u>
Saldo em 30.06.2022.....	<u>160.542</u>

(b) Concessão de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial

A EMAE por meio de contrato assinado em 11 de novembro de 2020 concedeu até o ano de 2043, um conjunto de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial. A proposta declarada vencedora foi apresentada pelo Consórcio Usina São Paulo, considerando o pagamento de outorga fixa no valor de R\$280,05 milhões, acrescida do pagamento referente à outorga variável, calculada sobre o faturamento bruto mensal do futuro empreendimento.

Até o exercício de 2020 os espaços A e C, áreas subjacentes à Usina São Paulo estavam então vinculadas à atividade de geração. Conforme requerido pela ANEEL - ambos os espaços foram desvinculados.

12. IMOBILIZADO

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n° 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, cujos recursos devem ser aplicados exclusivamente na concessão.

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado em 30 de junho de 2022 está representada por:

	média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.21	Adições	Transferência	Depreciação do período	Saldo em 30.06.22
Controladora						
Em serviço						
Terrenos.....		5.060	-	-	-	5.060
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	2,0%	817	-	-	(32)	785
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	2.724	-	-	(302)	2.422
Veículos.....	14,3%	526	-	-	(77)	449
Móveis e Utensílios.....	6,3%	287	-	-	(13)	274
Subtotal.....		9.414	-	-	(424)	8.990
Em curso.....		69.349	483	(1)	-	69.831
Total Controladora.....		78.763	483	(1)	(424)	78.821
	média de Depreciação (%)	Saldo em 31.12.21	Adições	Transferência	Depreciação do período	Saldo em 30.06.22
Consolidado						
Em serviço						
Terrenos.....		5.060	-	-	-	5.060
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	2,1%	44.078	-	-	(511)	43.567
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	2,0%	47.375	-	-	(565)	46.810
Máquinas e Equipamentos.....	3,2%	59.556	-	-	(1.345)	58.211
Veículos.....	14,3%	526	-	-	(77)	449
Móveis e Utensílios.....	6,3%	288	-	-	(13)	275
Subtotal.....		156.883	-	-	(2.511)	154.372
Em curso.....		69.349	624	(1)	-	69.972
Adiantamento a fornecedores.....		-	-	-	-	-
Total Consolidado.....		226.232	624	(1)	(2.511)	224.344

Notas Explicativas

i) Análise de redução ao valor recuperável dos ativos:

Durante o exercício de 2021 a administração da Companhia não identificou há necessidade de registro de estimativa para perda ao valor recuperável em seu imobilizado.

13. FOLHA DE PAGAMENTO E ESTIMADAS

	Controladora e Consolidado	
	30.06.22	31.12.21
Folha de pagamentos e encargos.....	3.226	4.724
Provisão de férias e encargos.....	7.513	7.910
PLR e Bonus (a).....	-	4.425
	10.739	17.059

- a. Pagamento de PLR e Bônus da diretoria provisionado em Dezembro de 2021.

14. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

A EMAE é patrocinadora de planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A VIVEST é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

		Controladora e Consolidado			
		30.06.22		31.12.21	
Credor	Objeto	Circulante	Não Circulante	Total	Total
VIVEST	- Fundos de Pensão.....	45.600	392.155	437.755	428.664
	- Ajuste CPC 33 (R1) (IAS 19).....	-	23.818	23.818	23.818
		45.600	415.973	461.573	452.482

A evolução do déficit atuarial dos planos de aposentadoria da EMAE se deve principalmente ao crescimento do valor dos benefícios, que teve forte descasamento em relação ao rendimento dos ativos do plano.

Em abril de 2021 a PREVIC autorizou a mudança do indexador dos benefícios do plano, passando a adotar o IPCA a partir de maio 2021.

14.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

Por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria ocorridas em 1997, foi aprovado o saldamento do plano então vigente que passou a ser denominado Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS e criado um novo plano de modelo misto, composto de benefício definido (BD) de 70% do salário de contribuição, e de contribuição variável (CV) de 30%. Em 2018, esses planos também foram encerrados para novos entrantes.

Notas Explicativas

O equacionamento do subplano BSPS é garantido pelo patrocinador enquanto, para os subplanos BD e CV, eventuais déficits são compartilhados entre a patrocinadora e os participantes.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. Na parcela de contribuição variável, a paridade é baseada em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5%. As taxas de custeio são reavaliadas periodicamente por atuário independente.

A política de investimentos do plano, definida por meio de estudo de gerenciamento conjunto de ativos e passivos ("Asset Liability Management"), resultou na alocação média de 70% em renda fixa, 16% em renda variável e 14% em outros segmentos, obtendo rentabilidade consolidada de 6,11% em 2021, ante a meta atuarial de 24,46% no mesmo período, impulsionada pela variação dos indexadores de reajuste de benefícios.

Em março de 2020, em função da dificuldade de obter novos investimentos atrelados ao IGP e visando evitar eventuais descasamentos entre ativos e passivos do plano de previdência, a EMAE, através da VIVEST, ingressou na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC com o pedido de alteração do indexador de reajuste dos benefícios do plano passando do IGP-DI para IPCA, após aprovação no Comitê Gestor do Plano e no Conselho Deliberativo da Entidade.

Em 7 de abril de 2021 a PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar publicou no Diário Oficial da União, a Portaria nº 201, aprovando as alterações propostas ao regulamento do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/EMAE possibilitando a troca de indexador do plano de IGP-DI para IPCA a partir de 01 de maio de 2021.

14.2 EQUACIONAMENTO FINANCEIRO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS COM A VIVEST

Em 1997, portanto anteriormente à cisão da antiga Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A, que deu origem à EMAE, foi formalizado, com interveniência da então Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC), um contrato de ajuste de reservas a amortizar (contrato de Ajustes de Reservas Matemáticas) que possui cláusula variável, para a cobertura de déficit técnico atuarial relativo ao "Benefício Suplementar Proporcional Saldado" - BSPS com vistas a equacionar o fluxo de caixa entre a EMAE e a então Fundação CESP, atual VIVEST. Com a cisão, a EMAE assumiu as parcelas que lhe couberam dos ativos e passivos do referido plano.

Esse contrato previa a amortização do déficit existente em 1997 em 240 parcelas mensais, com atualização pela variação do IGP-DI e acrescido de juros de 6% a.a. Em 22 de junho de 2017 foi assinado aditivo contratual prorrogando o vencimento do contrato para março de 2032. Com a mudança do indexador do Plano para IPCA, esse contrato também passou a ter seu saldo atualizado pelo IPCA, a partir de maio de 2021.

Notas Explicativas

Anualmente, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ao saldo do contrato e as parcelas de amortização são recalculadas com base nesse novo saldo do subplano BSPS.

Esse contrato representa na essência garantia para o equacionamento financeiro do subplano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da EMAE é registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS 19.

Os eventuais déficits nos subplanos BD e CV, são objeto de equacionamento conforme regulamento e legislação aplicável. Até a presente data, apenas o subplano CV exigiu equacionamento para os déficits apurados nos anos de 2015, 2018, 2019 e 2020.

A diferença entre os saldos apresentados nos contratos de equacionamento e o do passivo registrado de acordo com o CPC 33 (R1)/IAS19 é decorrente da diferença entre a metodologia contábil utilizada no balanço da EMAE e a metodologia aprovada pela PREVIC e utilizada pela VIVEST para avaliar a situação atuarial dos planos de benefícios. A diferença entre essas duas metodologias em 30 de junho de 2022, é a seguinte:

	Controladora e Consolidado
	30.06.22
Saldo da dívida.....	437.755
Ajuste atuarial.....	23.818
Saldo CPC 33 (R1)/IAS 19.....	461.573

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

15.1 CONTINGÊNCIAS - POSSIBILIDADE DE PERDA PROVÁVEL

	Controladora e Consolidado				
	31.12.21	30.06.22			
	Saldo	Provisão	Reversão	Pagamento	Saldo
Não circulante					
Trabalhistas					
Periculosidade.....	14.429	801	-	-	15.230
Diversas.....	19.096	4.072	(1.493)	(3.666)	18.009
	33.525	4.873	(1.493)	(3.666)	33.239
Cíveis.....	39.770	4.922	-	-	44.692
Tributárias.....	4.478	42	(998)	-	3.522
Ambiental.....	70	7	-	-	77
Administrativo.....	10	-	-	-	10
	77.853	9.844	(2.491)	(3.666)	81.540

Notas Explicativas

A) Periculosidade

Trata-se de ação coletiva promovida pelo Sindicato dos Eletricitários em 07/07/1999, perante a Justiça do Trabalho de São Paulo, processo nº 01767006319995020039 - 39ª Vara, pleiteando a condenação da Companhia ao pagamento do adicional de periculosidade para a totalidade dos empregados então existentes nos seus quadros. A ação foi julgada procedente apenas para 104 empregados e o processo se encontra pendente de julgamento de recurso de Agravo de Instrumento pelo Tribunal Superior do Trabalho. A referida ação foi classificada com probabilidade de perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia.

B) Diversas

Referem-se a diversas ações decorrentes de processos movidos por empregados e ex-empregados às quais requerem em geral o pagamento de equiparação salarial, insalubridade e outras questões. Deste conjunto de processos no período findo em 30 de junho de 2022, houve reformas de sentenças pelos Tribunais superiores, com alteração da probabilidade de êxito, o que resultou na majoração do saldo de provisionamento.

C) Cíveis

Referem-se a diversos processos cíveis de natureza geral em discussão na esfera judicial, sendo o mais relevante descrito a seguir:

Trata-se de processo decorrente do Despacho 288/2002 da ANEEL no qual a Companhia figura em litisconsórcio passivo em ação ajuizada pela AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S.A., a qual pleiteia o direito de não optar pelo chamado "alívio de exposição" relativo ao período de racionamento ocorrido em 2001, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor. Em 9 de abril de 2014, foi publicado acórdão dando provimento ao recurso de apelação da AES Sul, o qual foi oposto pela EMAE e outras Interessadas embargos de declaração. Atualmente, referidos recursos aguardam julgamento.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda provável em 30 de junho de 2022 sendo o valor provisionado para esta causa de R\$ 39.424 (R\$ 36.348 em 31 de dezembro de 2021).

D) Tributárias

Trata-se de execução fiscal tendo como objeto a cobrança do IPTU referente ao exercício 2016. Referido imóvel executado é objeto de contrato de cessão de uso por comodato de área a título gratuito, celebrado entre a EMAE (proprietária do bem) e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente, sendo no mesmo implantado o Parque Villa Lobos. A execução encontra-se suspensa aguardando o desfecho da Ação Declaratória.

Notas Explicativas

15.2 CONTINGÊNCIAS - PROBABILIDADE DE PERDA POSSÍVEL

As contingências em 30 de junho de 2022, nas suas diferentes espécies avaliadas e classificadas segundo sua probabilidade de risco econômico-financeiro como perda possível estão demonstradas a seguir:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	Possível	
	30.06.22	31.12.21
Administrativo.....	804	663
Ambiental	142.004	130.629
Cível.....	1.312	23.153
Trabalhista.....	3.865	2.833
Tributário.....	36.607	32.907
	184.592	190.185

a) Administrativo

O processo mais relevante refere-se à cobrança movida pela Prefeitura de São Paulo pela ausência de limpeza de imóvel, o qual se encontra em ocupação irregular. Em 2010 a Companhia propôs Ação Judicial de Reintegração de Posse do imóvel, porém o pedido foi indeferido e mantido a aplicação da multa. Em 30 de junho de 2022 o valor da causa é de R\$ 390.

b) Ambiental

O principal processo refere-se à obrigação judicial de remoção do lodo da flotação, em função da composição amigável entre a EMAE e o Ministério Público, até então litigantes, em 27 de junho de 2007, objetivando viabilizar a elaboração de EIA/RIMA para que, uma vez aprovado tornasse possível a implantação do sistema de tratamento por flotação de águas do Canal Pinheiros para despoluição de 50m³/s e posterior bombeamento para o reservatório Billings. Contudo, em 12 de abril de 2012 o Ministério Público requereu o cumprimento de sentença em face da Companhia, consubstanciado em (i) pagamento de multa diária totalizada no montante de R\$ 32.833 e (ii) desmobilização das instalações implantadas e restituição das áreas ao estado anterior. Intimada, após prazo estabelecido pelo juiz, a Companhia comprovou a desmobilização das instalações, bem como requereu em 10 de dezembro de 2012 a dilação de prazo de 24 meses para remoção do lodo advindo da flotação, prazo esse deferido e atendido pela EMAE.

A Companhia avalia que o processo continua com a estimativa da probabilidade de perda possível em 30 de junho de 2022, sendo o total da causa de R\$ 134.718 (R\$ 123.960 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

c) Cível

Dos processos avaliados como risco possível citamos ação de indenização por perdas e danos morais e materiais em que a Autora afirma que ocorreu a construção irregular e desautorizada de aterro realizada pela Segunda Ré (Município de Rio Grande da Serra) no imóvel sub judice, fato que ocasionou no acúmulo de terra e desnivelamento do terreno, impedindo a vazão das águas ali em curso. Afirma ainda que a água contida acumulou-se em área de várzea existente entre o seu imóvel e o imóvel de propriedade EMAE, causando-lhes danos na propriedade. Todavia, conforme esclarecido na contestação apresentada, o imóvel em litígio não faz parte do acervo patrimonial da EMAE, tampouco realizou esta qualquer atividade no imóvel e nas propriedades confrontantes, quicá a construção do aludido aterro. Em 30 de junho de 2022 o valor da causa é de R\$ 402.

Por tais razões, foi requerida a exclusão da EMAE do polo passivo.

d) Trabalhista

Entre os processos avaliados como de risco possível, o montante mais relevante refere-se a disputas movidas pelos sindicatos que representam os empregados ou por disputas individuais, nos quais ex-empregados reclamam horas extras, produtividade, readmissões, adicionais, retroatividade de aumentos e reajustes salariais.

e) Tributário

Entre os processos como de risco possível, o montante mais relevante refere-se à cobrança movida pela Prefeitura de São Paulo em razão da majoração do IPTU em função da alteração das premissas e metodologias utilizadas como base de cálculo do tributo envolvido. Em 30 de junho de 2022 o valor da causa é de R\$ 10.301.

16. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS - RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR

A Companhia, desde sua constituição em 1998, oriunda da cisão da Eletropaulo, possui um saldo inicial registrado na conta de Obrigações Especiais - RGR (Reserva Global de Reversão), de R\$ 16.202 que permaneceu inalterado até 31 de dezembro de 2017. Durante este período a Companhia recolheu apenas os juros correspondentes, conforme estabelecido na legislação vigente. Entretanto, com o advento do Decreto n° 9.022, de 31 de março de 2017, a partir de janeiro de 2018 até dezembro de 2027 (10 anos), com base em nova legislação em vigor, o referido montante está sendo amortizado em bases mensais mediante recolhimento à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

	Controladora e Consolidado					30.06.22
	31.12.21	Transferência	Juros	Pagamento juros	Pagamento principal	
Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	1.801	900	211	(211)	(900)	1.801
Não Circulante						
Obrigações Especiais - RGR.....	7.200	(900)	-	-	-	6.300

Notas Explicativas

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES - INVESTIMENTOS NA CONCESSÃO

Correspondem à provisão para realização de investimentos nas usinas cotistas em razão das obrigações estabelecidas no 2º termo Aditivo do Contrato de Concessão e no Submódulo Proret 12.1 - Procedimentos de Regulação Tarifária emitido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, estando em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os valores provisionados são contabilizados de acordo com o Plano de Investimentos e apresentam as seguintes movimentações no período:

	Controladora e Consolidado				
	31.12.21		30.06.22		
	Ativo financeiro indenizável	Movimento do período	Ativo financeiro indenizável	Outras obrigações	
			Circulante	Não circulante	
Investimentos totais realizados.....	205.239	26.194	231.433	-	-
Adiantamento a fornecedores (a).....	20.800	(16.637)	4.163	-	-
Provisão - Investimentos na Concessão (b).....	-	-	-	30.229	317.430
Amortização acumulada.....	(14.902)	(5.009)	(19.911)	(19.911)	-
Total.....	211.137	4.548	215.685	10.318	317.430

(a) Adiantamento à fornecedores referentes a aquisições ainda não recebidas

(b) Provisão acumulada ajustada pela melhor estimativa

A partir da vigência do 2º Aditivo ao Contrato de Concessão em 1º de janeiro de 2013, ou seja, com o início da operação das usinas no regime de cotas até 30 de junho de 2022 a Companhia investiu na concessão o montante de R\$ 231,4 milhões, buscando a modernização, eficiência e a redução dos riscos relacionados à produção energética. Conforme estabelecido em lei, o valor já investido deve ser amortizado de forma linear até o final da concessão, pois os benefícios econômicos inerentes pela correta aplicação dos recursos, produzirão retorno (fluxos de caixa) até 30 de novembro de 2042.

18. OUTRA OBRIGAÇÃO - COMGÁS

Trata-se de quatro contratos de permissão de uso de áreas assinados junto à Comgás a título oneroso para a instalação de canteiros, áreas de válvulas, estação de medição e recebimento de gás (city gate), obras de arranjo geral da tubulação e dos equipamentos da Estação de Regulagem de Pressão e Recebedor de PIC, com vigência até 30 de novembro de 2042. A EMAE recebeu antecipadamente o montante de R\$ 10.982 cuja apropriação em seu resultado vem ocorrendo de forma linear ao longo do exercício. Entre o período de 1 de janeiro até 30 de junho de 2022 a Companhia reconheceu em seu resultado o montante de R\$ 255.

Notas Explicativas

19. OUTROS PASSIVOS

	Controladora e Consolidado	
	30.06.22	31.12.21
Depósitos Judiciais.....	6.585	5.640
Agrupamento de ações.....	592	592
Seguros a pagar.....	2.339	590
Outros.....	-	14
	9.516	6.836

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com partes relacionadas, descritas a seguir:

20.1 ATIVO FINANCEIRO - ACORDO SABESP

Desde 2014, a Companhia vinha negociando um acordo com a Sabesp com o objetivo de resolver as duas ações que tramitavam na esfera judicial e arbitral referentes ao uso da água de represas sob gestão da EMAE. As negociações resultaram na celebração de um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças ("Instrumento") para o encerramento de todos os litígios, conforme fato relevante emitido em 28 de outubro de 2016 pela Companhia.

Após o cumprimento das Condições Suspensivas e a aprovação do referido aditivo nos Conselhos da SABESP e da EMAE, em 11 e 18 de outubro de 2017, respectivamente, o Instrumento passou a ter plena eficácia.

Esse Instrumento e seu aditivo determinaram o recebimento pela EMAE de R\$ 218.130, a partir de 2017, distribuídos da seguinte forma: a) R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas de R\$ 9.254, corrigidas monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo; e b) R\$ 171.860, em vinte e seis parcelas anuais e sucessivas de R\$ 6.610, corrigidos monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 99.828, dos quais R\$ 91.239 estão classificados no ativo não circulante.

Notas Explicativas

Demonstração da mutação do Contrato da Sabesp:

	Controladora e Consolidado				Saldo 30.06.22
	Saldo 31.12.21	Transferências	Encargos		
			Financeiros	Recebimento	
ATIVO					
Circulante					
Sabesp.....	12.853	655	-	-	13.508
Ajuste a valor presente.....	(4.985)	(2.421)	2.487		(4.919)
	7.868	(1.766)	2.487	-	8.589
Não Circulante					
Sabesp.....	144.773	(655)	5.893	-	150.011
Ajuste a valor presente.....	(61.193)	2.421	-	-	(58.772)
	83.580	1.766	5.893	-	91.239
	91.448	-	8.380	-	99.828

O ajuste a valor presente foi apurado por uma taxa de juros média de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29%, ambas ao ano, aplicado pelo prazo do contrato.

Valor presente das parcelas de longo prazo a serem recebidas até o final do contrato, por ano de vencimento:

2023.....	8.030
2024.....	7.507
2025.....	7.018
2026.....	6.561
2027 até 2042.....	62.123
	<u>91.239</u>

20.2 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ENTRE EMAE E PIRAPORA

Em dezembro de 2020 com prévia anuência da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a EMAE firmou junto à sua controlada - Pirapora Energia S.A, Convênio para compartilhamento dos custos de pessoal. Entre o período de 1 de janeiro à 30 de junho de 2022 foi transferido o valor de R\$ 1.797 (1.981 em 2021).

20.3 CONVÊNIO SECRETARIA ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Em 16 de julho de 2018 a Companhia firmou convênio de cooperação técnico-operacional com a então Secretaria de Estado de Energia e Mineração SEEM, atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, tendo por objeto a conjugação de esforços para o desenvolvimento de estudos e projetos na área de energia, com vistas à otimização, racionalização, controle de qualidade e dos padrões de prestação do suprimento de energia no Estado de São Paulo, por meio de parceria na utilização de conhecimentos técnicos e tecnologias. O valor estimado do contrato foi de R\$ 3.324 com vigência de 18 (dezoito) meses. Em 30 de junho de 2022 a Companhia possui um saldo a receber de R\$ 529, referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018.

Notas Explicativas

20.4 CESSÃO DE EMPREGADOS

Refere-se à cessão de empregados da EMAE, mediante ressarcimento junto às atuais Secretaria de Desenvolvimento Regional, Secretaria da Justiça e Cidadania, Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, órgãos da Administração do Estado de São Paulo. Em 30 de junho de 2022, o saldo a receber é de R\$ 1.505, vide Nota 6, alínea c.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado de R\$ 285.411 está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

NOME	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	Ações	%	Ações	%	Ações	%
Centrais Elétricas Bras S.A. Eletrobrás.....	-	-	14.416.333	64,82	14.416.333	39,02
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.....	14.353.441	97,61	50.981	0,23	14.404.422	38,99
Companhia do Metropolitano de São Paulo.....	350.832	2,38	-	-	350.832	0,95
Álvaro Luiz Alves de Lima Alvares Otero.....	-	-	2.201.133	9,90	2.201.133	5,96
Outros.....	1.097	0,01	5.573.267	25,05	5.574.364	15,08
TOTAL.....	14.705.370	100,00	22.241.714	100,00	36.947.084	100,00

Durante período findo em 30 de junho de 2022 não houve emissão de novas ações.

De acordo com o estatuto social da Companhia, independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mediante deliberação do conselho de administração e ouvindo-se antes o conselho fiscal.

Cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações da assembleia geral. As ações preferenciais não terão direito de voto, mas farão jus à: a) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; b) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; c) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; e d) direito de eleger e destituir um membro do conselho de administração em votação em separado, nas condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações.

21.2 LUCRO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação na tabela abaixo contemplam essa condição.

Notas Explicativas

Cálculo de lucros por ação para os períodos findos em 30 de junho de 2022 e 2021 (em milhares, exceto valor por ação):

	Controladora e Consolidado			
	Acumulado		2º Trimestre	
	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21
Lucro líquido do período.....	R\$ 55.408	R\$ 87.150	R\$ 29.626	R\$ 40.144
Número de ações ordinárias.....	14.705.370	14.705.370	14.705.370	14.705.370
Número de ações preferenciais.....	22.241.714	22.241.714	22.241.714	22.241.714
Total.....	36.947.084	36.947.084	36.947.084	36.947.084
Lucro por ação básico e diluído				
Ação Preferencial.....	R\$ 1,55596	R\$ 2,44732	R\$ 0,83195	R\$ 1,12731
Ação Ordinária.....	R\$ 1,414509	R\$ 2,22484	R\$ 0,75632	R\$ 1,02483

A quantidade média ponderada de ações adotada no cálculo do lucro básico por ação coincide com a quantidade média ponderada de ações adotada na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

Notas Explicativas

22.2 ENERGIA ELÉTRICA VENDIDA

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	2º Tri/22	2º Tri/21						
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	161.887	147.817	115.451	111.037	161.887	147.817	115.451	111.037
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	31.530	36.288	10.138	9.140
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	1	133	-	-	42	2.031
Total.....	161.887	147.817	115.452	111.170	193.417	184.105	125.631	122.208

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	424.320	300.808	223.197	219.350	424.320	300.808	223.197	219.350
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	52.003	75.244	20.400	19.035
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	3	298	-	-	186	4.449
Total.....	424.320	300.808	223.200	219.648	476.323	376.052	243.783	242.834

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

a) Cotas de garantia física foram introduzidas pela Lei 12.783/2013 e estão relacionadas a alocação às distribuidoras da garantia física das usinas que assinaram aditivo prorrogando o termo da concessão. Essas usinas passaram a ser remuneradas pela RAG, vide outras informações na Nota 1;

b) Classificam-se como “suprimento” as operações de venda de energia a outras concessionárias de energia elétrica, geralmente, através de contratos firmados em leilões no ACR;

c) Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE.

22.3 RENDAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Refere-se à receita decorrente da prestação de serviços de operação e manutenção pela EMAE, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2º Tri/22	2º Tri/21	2º Tri/22	2º Tri/21
Petrobras (UTE's).....	2.468	4.959	2.468	4.959
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	622	979	622	979
	3.090	5.938	3.090	5.938

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21
Petrobras (UTE's) (a).....	4.086	5.044	4.086	5.044
PMSP (Estação de Bombeamento Eduardo Yassuda).....	1.260	1.925	1.260	1.925
	5.346	6.969	5.346	6.969

(a) Contrato com a Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras para a prestação dos serviços de operação e manutenção das turbinas a vapor 3 e 4 da Usina Termelétrica Piratininga.

Notas Explicativas

23. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

23.1 Controladora

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2° Tri/22	2° Tri/21	2° Tri/22	2° Tri/21	2° Tri/22	2° Tri/21	2° Tri/22	2° Tri/21
Encargos de uso da rede elétrica.....	(10.467)	(11.877)	-	-	-	-	(10.467)	(11.877)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(949)	(786)	-	-	-	-	(949)	(786)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(355)	(343)	-	-	(355)	(343)
Pessoal (a).....	(14.137)	(12.026)	(8.144)	(12.971)	-	-	(22.281)	(24.997)
Administradores.....	-	-	(980)	(940)	-	-	(980)	(940)
Entidade de previdência a empregados (Nota 14).....	(14.222)	(7.936)	-	-	-	-	(14.222)	(7.936)
Material.....	(787)	(642)	(593)	(377)	-	-	(1.380)	(1.019)
Serviço de terceiros.....	(16.333)	(10.383)	(7.299)	(5.776)	-	-	(23.632)	(16.159)
Depreciação/amortização.....	-	-	(390)	(358)	-	-	(390)	(358)
Aluguéis.....	-	-	(1.448)	(1.397)	-	-	(1.448)	(1.397)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 15).....	(4.667)	(12.343)	-	-	-	-	(4.667)	(12.343)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 17).....	(24.674)	(21.308)	-	-	-	-	(24.674)	(21.308)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	(53)	-	-	-	-	-	(53)
(-) Créditos PIS/COFINS.....	2.225	4.634	-	-	-	-	2.225	4.634
IPTU.....	(266)	3.873	-	-	-	-	(266)	3.873
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 9).....	(3.942)	(12.021)	-	-	-	-	(3.942)	(12.021)
Seguros.....	(615)	(1.606)	-	-	-	-	(615)	(1.606)
Condomínio.....	-	-	(240)	(208)	-	-	(240)	(208)
Doações (c).....	-	-	-	-	(213)	(160)	(213)	(160)
Patrocínios (d).....	-	-	-	-	(49)	(2.500)	(49)	(2.500)
Ajuste a valor justo - Desapropriação (e).....	-	-	-	-	-	(454)	-	(454)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	-	-	47	46	47	46
Baixa de créditos prescritos.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras.....	692	1.537	-	-	(27)	(1.454)	665	83
Total.....	(88.142)	(80.937)	(19.449)	(22.370)	(242)	(4.522)	(107.833)	(107.829)

Notas Explicativas

23.2 Consolidado

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	2º Tri/22	2º Tri/21	2º Tri/22	2º Tri/21	2º Tri/22	2º Tri/21	2º Tri/22	2º Tri/21
GSF - Garantia física.....	(500)	(454)	-	-	-	-	(500)	(454)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(10.555)	(11.948)	-	-	-	-	(10.555)	(11.948)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(949)	(786)	-	-	-	-	(949)	(786)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(377)	(364)	-	-	(377)	(364)
Pessoal (Nota 20.2) (a).....	(15.051)	(13.118)	(8.144)	(12.971)	-	-	(23.195)	(26.089)
Administradores.....	-	-	(980)	(940)	-	-	(980)	(940)
Entidade de previdência a empregados (Nota 14).....	(14.222)	(7.936)	-	-	-	-	(14.222)	(7.936)
Material.....	(809)	(754)	(593)	(377)	-	-	(1.402)	(1.131)
Serviço de terceiros.....	(17.160)	(11.179)	(7.299)	(5.776)	-	-	(24.459)	(16.955)
Depreciação/amortização (b).....	(1.064)	(1.064)	(390)	(358)	-	-	(1.454)	(1.422)
Aluguéis.....	-	-	(1.448)	(1.397)	-	-	(1.448)	(1.397)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 15).....	(4.667)	(12.343)	-	-	-	-	(4.667)	(12.343)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 17).....	(24.674)	(21.308)	-	-	-	-	(24.674)	(21.308)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	(53)	-	-	-	-	-	(53)
(-) Reversão de perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa....	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Créditos PIS/COFINS.....	2.225	4.634	-	-	-	-	2.225	4.634
IPTU.....	(266)	3.873	-	-	-	-	(266)	3.873
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 9).....	(3.942)	(12.021)	-	-	-	-	(3.942)	(12.021)
Seguros.....	(714)	(1.647)	-	-	-	-	(714)	(1.647)
Condomínio.....	-	-	(240)	(208)	-	-	(240)	(208)
Doações (c).....	-	-	-	-	(213)	(160)	(213)	(160)
Patrocínios (d).....	-	-	-	-	(49)	(2.500)	(49)	(2.500)
Ajuste a valor justo - Desapropriação (e).....	-	-	-	-	-	(454)	-	(454)
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	-	-	47	46	47	46
Baixa de créditos prescritos.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras.....	674	1.517	-	-	(27)	(1.454)	647	63
Total.....	(91.674)	(84.587)	(19.471)	(22.391)	(242)	(4.522)	(111.387)	(111.500)

Notas Explicativas

23.3 Controladora

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas) e receitas		TOTAL	
	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21
Encargos de uso da rede elétrica.....	(20.815)	(23.600)	-	-	-	-	(20.815)	(23.600)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(2.488)	(1.600)	-	-	-	-	(2.488)	(1.600)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(710)	(686)	-	-	(710)	(686)
Pessoal (a).....	(25.875)	(22.470)	(22.195)	(26.893)	-	-	(48.070)	(49.363)
Administradores.....	-	-	(1.819)	(1.772)	-	-	(1.819)	(1.772)
Entidade de previdência a empregados (Nota 14).....	(28.445)	(15.872)	-	-	-	-	(28.445)	(15.872)
Material.....	(1.609)	(1.267)	(1.264)	(667)	-	-	(2.873)	(1.934)
Serviço de terceiros.....	(30.769)	(20.473)	(13.659)	(10.583)	-	-	(44.428)	(31.056)
Depreciação/amortização.....	-	-	(781)	(717)	-	-	(781)	(717)
Aluguéis.....	-	-	(2.943)	(2.792)	-	-	(2.943)	(2.792)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 15).....	(7.353)	(20.818)	-	-	-	-	(7.353)	(20.818)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 17).....	(49.347)	(42.616)	-	-	-	-	(49.347)	(42.616)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	(104)	-	-	-	-	-	(104)
(-) Créditos PIS/COFINS.....	4.037	9.175	-	-	-	-	4.037	9.175
IPTU.....	(4.945)	(4.251)	-	-	-	-	(4.945)	(4.251)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 9).....	(26.194)	(21.207)	-	-	-	-	(26.194)	(21.207)
Seguros.....	(865)	(3.009)	-	-	-	-	(865)	(3.009)
Condomínio.....	-	-	(466)	(443)	-	-	(466)	(443)
Doações (c).....	-	-	-	-	(463)	(342)	(463)	(342)
Patrocínios (d).....	-	-	-	-	(489)	(2.900)	(489)	(2.900)
Ajuste a valor justo - Desapropriação (e).....	-	-	-	-	41	10.952	41	10.952
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	-	-	96	93	96	93
Baixa de créditos prescritos.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras.....	(79)	1.082	-	-	(27)	(1.454)	(106)	(372)
Total.....	(194.747)	(167.030)	(43.837)	(44.553)	(842)	6.349	(239.426)	(205.234)

Notas Explicativas

23.4 Consolidado

	Custo do serviço de energia elétrica		Despesas gerais e administrativas		Outras (despesas e receitas)		TOTAL	
	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21	30.06.22	30.06.21
GSF - Garantia física.....	(995)	(904)	-	-	-	-	(995)	(904)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(20.990)	(23.741)	-	-	-	-	(20.990)	(23.741)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(2.488)	(1.600)	-	-	-	-	(2.488)	(1.600)
Taxa de fiscalização - ANEEL.....	-	-	(753)	(728)	-	-	(753)	(728)
Pessoal (Nota 20.2) (a).....	(27.673)	(24.451)	(22.195)	(26.893)	-	-	(49.868)	(51.344)
Administradores.....	-	-	(1.819)	(1.772)	-	-	(1.819)	(1.772)
Entidade de previdência a empregados (Nota 14).....	(28.445)	(15.872)	-	-	-	-	(28.445)	(15.872)
Material.....	(1.705)	(1.502)	(1.264)	(667)	-	-	(2.969)	(2.169)
Serviço de terceiros.....	(33.252)	(22.067)	(13.659)	(10.583)	-	-	(46.911)	(32.650)
Depreciação/amortização (b).....	(2.128)	(2.128)	(781)	(717)	-	-	(2.909)	(2.845)
Aluguéis.....	-	-	(2.943)	(2.798)	-	-	(2.943)	(2.798)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários (Nota 15).....	(7.353)	(20.818)	-	-	-	-	(7.353)	(20.818)
Provisão para investimentos na concessão (Nota 17).....	(49.347)	(42.616)	-	-	-	-	(49.347)	(42.616)
Perdas estimadas na realização de créditos de liquidação duvidosa.....	-	(104)	-	-	-	-	-	(104)
(-) Créditos PIS/COFINS.....	4.037	9.175	-	-	-	-	4.037	9.175
IPTU.....	(4.945)	(4.251)	-	-	-	-	(4.945)	(4.251)
Custos relativos a construção de ativos da concessão (Nota 9).....	(26.194)	(21.207)	-	-	-	-	(26.194)	(21.207)
Seguros.....	(1.064)	(3.091)	-	-	-	-	(1.064)	(3.091)
Condomínio.....	-	-	(466)	(443)	-	-	(466)	(443)
Doações (c).....	-	-	-	-	(463)	(342)	(463)	(342)
Patrocínios (d).....	-	-	-	-	(489)	(2.900)	(489)	(2.900)
Ajuste a valor justo - Desapropriação (e).....	-	-	-	-	41	10.952	41	10.952
Ganho na alienação de bens e direitos.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Convênio Banco do Brasil.....	-	-	-	-	96	93	96	93
Baixa de créditos prescritos.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras.....	(109)	1.031	-	-	(27)	(1.454)	(136)	(423)
Total.....	(202.651)	(174.146)	(43.880)	(44.601)	(842)	6.349	(247.373)	(212.398)

Notas Explicativas

- (a) Os valores referentes à rubrica “pessoal” do período de 2021 foram reorganizados entre os custos dos serviços de energia elétrica e as despesas gerais e administrativas visando o rateio por natureza de gasto.
- (b) A depreciação e amortização referente à controlada Pirapora Energia S.A do período de 2021 foi realocada da coluna de despesas gerais e administrativas para custos dos serviços de energia elétrica em razão da natureza do gasto.
- (c) Referem-se a doações que possuem como contrapartida deduções fiscais relativas ao Imposto de Renda.
- (d) Correspondem a valores gastos relativos a patrocínios e doações filantrópicas.
- (e) Trata-se de recursos recebidos pela desapropriação de dois terrenos situados nos Municípios de São Paulo e Santana de Parnaíba.

24. RESULTADO FINANCEIRO

No trimestre

	Controladora		Consolidado	
	2° Tri/22	2° Tri/21	2° Tri/22	2° Tri/21
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	8.969	1.816	9.572	1.920
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 5).....	2.667	3.409	2.667	3.409
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 20.1).....	1.254	1.332	1.254	1.332
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(457)	(113)	(457)	(113)
Atualizações de Créditos Tributários.....	21	410	21	410
Outras.....	-	4	26	4
	12.454	6.858	13.083	6.962
Despesas				
Juros	-	-	-	-
Outras:				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(7)	(9)	(7)	(9)
Atualização Óleo combustível.....	(89)	(54)	(89)	(54)
Compensação financeira BNDES - Quitação antecipada (a)..	-	-	-	-
Juros sobre RGR.....	(103)	(125)	(103)	(125)
Outras.....	1	1	-	1
	(198)	(187)	(199)	(187)
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 5).....	15.542	31.581	15.542	31.581
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 20.1).....	2.918	1.617	2.918	1.617
Outras variações monetárias	(2.726)	202	(2.726)	202
	15.734	33.400	15.734	33.400
	27.990	40.071	28.618	40.175

Notas Explicativas

No Acumulado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/22	30/06/21	30/06/22	30/06/21
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras.....	16.366	3.265	17.308	3.489
Juros sobre arrendamento UTE Piratininga (Nota 5).....	5.275	6.743	5.275	6.743
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 20.1).....	2.487	2.745	2.487	2.745
(-) Tributos sobre receitas financeiras.....	(847)	(219)	(847)	(219)
Atualizações de Créditos Tributários.....	189	1.104	189	1.104
Outras.....	294	57	323	80
	23.764	13.695	24.735	13.942
Despesas				
Juros	-	-	-	(824)
Outras:				
Encargos sobre tributos e contribuições sociais.....	(12)	(13)	(12)	(13)
Atualização Óleo combustivel.....	(344)	(94)	(344)	(94)
Compensação financeira BNDES - Quitação antecipada (a)...	-	-	-	(776)
Juros sobre RGR.....	(211)	(255)	(211)	(255)
Outras.....	-	-	(1)	(1)
	(567)	(362)	(568)	(1.963)
Variações Monetárias				
Atualização monetária UTE Piratininga (Nota 5).....	41.632	70.649	41.632	70.649
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 20.1).....	5.893	3.918	5.893	3.918
Outras variações monetárias	(2.198)	284	(2.198)	284
	45.327	74.851	45.327	74.851
	68.524	88.184	69.494	86.830

(a) Durante o 1º trimestre de 2021 houve o reconhecimento de R\$ 776 referente à cobrança de taxa de compensação financeira para a quitação antecipada do contrato de financiamento junto ao BNDES.

25. SEGUROS

A Administração da Companhia mantém apólices de seguros, nas modalidades abaixo especificadas:

Risco	Início da vigência	Término da vigência	Importância segurada	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral - Operações (a).....	09/05/2022	09/05/2023	40.000	392
Responsabilidade Civil Geral - Atividades da Administração (b)...	05/12/2021	05/12/2022	70.000	589
Seguro de Veículos - Caminhões (c).....	11/09/2021	11/09/2022	1.078	5
Seguro de Riscos Operacionais EMAE (d).....	11/05/2022	11/05/2023	162.153	7.018
Seguro de Riscos Operacionais Pirapora (e).....	23/08/2021	23/08/2022	118.881	398
Seguro Empresarial - Condomínio (f).....	01/08/2021	01/08/2022	5.587	1
Seguro Aeronáutico Reta - Drone (g).....	19/01/2022	19/01/2023	598	1
Seguro Garantia Fiança Locatícia (h).....	12/04/2022	31/01/2026	6.676	123
			404.973	8.527

Notas Explicativas

- a) Referem-se a danos materiais e pessoais causados involuntariamente pela Companhia à terceiros;
- b) Referem-se a danos causados a terceiros por atos de gestão da Administração (*Directors and officers*);
- c) Refere-se a cobertura contra colisão, incêndio, roubo, danos materiais e pessoais referente a caminhões;
- d) Refere-se a cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos da EMAE;
- e) Refere-se a cobertura contra danos de incêndio, queda de raio e explosão nos equipamentos da PCH Pirapora;
- f) Seguro de incêndio, queda de raio, explosão e perda de aluguel;
- g) Refere-se a seguro de drone adquirido pela Companhia;
- h) Refere-se a seguro contratado para atendimento ao contrato de locação.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado		Classificação
	30.06.22	31.12.21	30.06.22	31.12.21	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3).....	242	2.549	242	2.549	Custo amortizado
Aplicações financeiras (Nota 3).....	357.451	296.759	369.235	308.523	Custo amortizado
Revendedores (Nota 4).....	37.660	36.492	42.101	40.946	Custo amortizado
Arrendamento UTE Piratininga (Nota 5).....	336.125	365.022	336.125	365.022	Custo amortizado
Outros créditos (Nota 6).....	6.347	3.786	6.091	3.440	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados (Nota 8).....	45.786	44.150	45.786	44.150	Custo amortizado
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 20.1).....	99.828	91.448	99.828	91.448	Custo amortizado
Ativo financeiro indenizável (Nota 9).....	215.685	211.137	215.685	211.137	Custo amortizado
Ativo reversível da concessão (Nota 10).....	195.374	195.374	195.374	195.374	Custo amortizado
Fornecedores.....	10.219	6.225	10.876	6.713	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	2.756	9.138	2.756	9.138	Custo amortizado
Outras obrigações - Investimentos na concessão (Nota 17)	327.748	283.411	327.748	283.411	Custo amortizado

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Notas Explicativas

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os valores registrados em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 são uma aproximação razoável dos valores justos dos ativos e passivos financeiros da Companhia.

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A atividade da Companhia compreende principalmente a geração de energia e está totalmente comprometida por meio de cotas com concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). A atividade de sua Controlada é a geração de energia, a qual foi comercializada através de contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são como segue:

27.1 RISCOS DE ESTRUTURA DE CAPITAL

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente seus níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

A.1) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada não detinham instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

A.2) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, classificados na conta de Revendedores (Nota 4). Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e das cotas de energia elétrica - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas no recebimento; e (2) para recebíveis decorrentes da renda de prestação de serviços - o porte de seus clientes e a análise prévia de crédito.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 357.693 e R\$ 369.477, controlador e consolidado, respectivamente (R\$ 299.308, controladora, e R\$ 311.072, consolidado, em 31 de dezembro de 2021), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Notas Explicativas

Nos períodos findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os principais recebíveis com exposição máxima de risco de crédito são:

	Controladora e Consolidado	
	30.06.22	31.12.21
Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 5).....	336.125	365.022
Ativo financeiro indenizável (Nota 9).....	215.685	211.137
Ativo reversível da concessão (Nota 10).....	195.374	195.374
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 20.1).....	99.828	91.448
	847.012	862.981

O risco de crédito sobre as contas a receber de arrendamento financeiro é avaliado como baixo pela Administração da Companhia, em virtude de não ter histórico e expectativa de perda.

A realização das contas a receber de arrendamento financeiro da Usina Térmica Piratininga depende da capacidade financeira da contraparte (Petrobras) em efetuar os pagamentos nos prazos contratuais. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não há registro de atrasos no recebimento dessas contas a receber.

O ativo financeiro indenizável e o ativo reversível da concessão referem-se a valores a serem ressarcidos pelo Poder Concedente através das tarifas da concessão ou em espécie. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo em razão desses valores terem sido apurados de acordo com a regulamentação vigente, muito embora estejam sujeitos à fiscalização da ANEEL e, portanto, sujeito à eventual glosa.

A realização do Ativo financeiro - Sabesp depende da capacidade financeira da contraparte (SABESP) de efetuar os pagamentos nos prazos conforme estabelecido em contrato. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não há atrasos no recebimento desse ativo financeiro.

A.3) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia e sua controlada não realizaram transações relevantes em moeda estrangeira.

A.4) Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada foram efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária e em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos das variações nas taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras modificarem-se de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente para os próximos 12 meses.

Notas Explicativas

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Taxas de juros efetivas de 30 de junho de 2022, com CDI overnight de 13,15 % a.a.

I-CVM 475	Saldo 30.06.2022 Nota 3	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		13,15%	16,44%	19,73%
Controladora	357.451	47.005	58.756	70.507
Consolidado	369.235	48.554	60.693	72.832

I-CVM 475	Saldo 30.06.2022 Nota 3	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		13,15%	9,86%	6,58%
Controladora	357.451	47.005	35.254	23.502
Consolidado	369.235	48.554	36.416	24.277

O Contrato de Arrendamento da UTP Piratininga é atualizado mensalmente a uma taxa de 9,32% ao ano mais IGPM.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IGPM, considerou-se uma taxa de 9,32% a.a., imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 30 de junho de 2022, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IGPM equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

I-CVM 475	Saldo 30.06.2022 Nota 5	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IGPM	12,03%	22,47%	25,76%	29,05%
Arrendamento UTP	336.125	75.531	86.582	97.634

I-CVM 475	Saldo 30.06.2022 Nota 5	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IGPM	12,03%	22,47%	19,18%	15,90%
Arrendamento UTP	336.125	75.531	64.480	53.429

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IPCA, considerou-se uma taxa de 6,89% mais prêmio de risco de 1,29% a.a. fixos, imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 30 de junho de 2022, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IPCA equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

Notas Explicativas

I-CVM 475	Saldo 30.06.2022 Nota 20.1	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA	7,76%	16,67%	18,77%	20,87%
SABESP	99.828	16.643	18.740	20.837

I-CVM 475	Saldo 30.06.2022 Nota 20.1	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA	7,76%	16,67%	14,57%	12,47%
SABESP	99.828	16.643	14.546	12.449

A.5) Risco de liquidez

A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa e equivalentes de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

Consolidado	Até de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores.....	10.876	-	-	-	-	10.876
Dividendos/ JSCP ..	2.756	-	-	-	-	2.756
Total	13.632	-	-	-	-	13.632

27.2 RISCO HIDROLÓGICO

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o risco hidrológico das usinas foi transferido para as distribuidoras adquirentes das cotas de energia e potência. A PCH Pirapora, de propriedade de sua controlada, aderiu à repactuação do risco hidrológico conforme Lei 13.203/2015 no produto SP 100.

27.3 RISCO DE PREÇO

Com a prorrogação da concessão das usinas hidrelétricas da EMAE, nos termos da Lei 12.783/2013, o aditivo ao contrato de concessão prevê uma revisão tarifária a cada 5 anos e um reajuste tarifário em 1º de julho de cada ano, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária. Portanto, as tarifas praticadas pela Companhia estão sujeitas ao controle do órgão regulador. De acordo com a fórmula paramétrica prevista na subcláusula 3ª da Cláusula 6ª do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a RAG poderá ser ajustada pela indisponibilidade ou desempenho apurado durante o período de medição (60 meses).

Notas Explicativas

Os preços de comercialização de energia elétrica da controlada Pirapora são aqueles determinados nos contratos firmados no ACR, os quais são ajustados pela variação do IPCA em bases anuais. Eventual renegociação dos contratos deve ser anuída previamente pelo órgão regulador.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.902, de 20 de julho de 2021, a ANEEL publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

As receitas homologadas por essa resolução para a EMAE estão demonstradas abaixo:

	GAG O&M (a)	GAG MELHORIAS (b)	CAIMI (c)	USO D (e)	USO T (e)	AJI (d)	AJUSTE ANTES ENCARGOS SETORIAIS (e)	TFSEE (e)	P&D (e)	RAG
Henry Borden	142.826	177.808	12.194	32.641	4.698	2.465	3.458	1.355	3.799	381.244
Porto Góes.....	4.040	4.700	289	582	-	-	150	37	98	9.896
Rasgão.....	3.454	3.440	256	481	-	-	123	29	78	7.861
	150.320	185.948	12.739	33.704	4.698	2.465	3.731	1.421	3.975	399.001

A RAG (Receita Anual de Geração) 2021/2022 trouxe o terceiro reajuste da primeira revisão tarifária aplicada às concessionárias geradoras em regime de cotas, com a incorporação do adicional para investimentos em melhorias (GAG Melhorias) para as usinas sob gestão da Companhia. A GAG (Gestão de Ativos de Geração) melhorias incorpora na RAG recursos destinados a financiar a realização de melhorias nas usinas cotistas, com o objetivo de elevar os níveis de qualidade do serviço prestado.

O reajuste homologado representa um aumento de aproximadamente 1,43% em relação à RAG anterior.

Reconhecimento da GAG melhorias como receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

As obrigações de desempenho associadas à GAG melhorias estão relacionadas aos investimentos em melhorias da infraestrutura da Concessão. A Companhia entende que a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo, em razão dos investimentos em melhorias não criarem um ativo com uso alternativo para a Companhia, por serem específicos às usinas da Companhia, e ao fato de esta ter direito ao recebimento pelo investimento realizado até o momento, desde que realizados de forma prudente, uma vez que a RAG é recebida em bases mensais independentemente do investimento realizado.

Assim, a receita relativa à GAG melhorias está sendo apropriada em bases mensais e os custos relacionados à troca e modernização dos equipamentos hidráulicos e eletromecânicos estão sendo provisionados na conta "Outras Obrigações - Investimentos na Concessão", com base em estimativa dos investimentos necessários e prudentes elaborada pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

a) GAG O&M

A GAG O&M é a parcela da receita que a ANEEL, disponibiliza às concessionárias de geração de energia elétrica no regime de cotas pela gestão dos ativos de geração para remunerar os custos de operação e manutenção das usinas.

b) GAG Melhorias

A GAG melhorias é a parcela da receita que a ANEEL homologou, às concessionárias de geração de energia elétrica no regime de cotas, para fazer frente aos investimentos para melhoria e conservação realizados e pleiteados após 31 de dezembro de 2012.

c) CAIMI

CAIMI é a parcela da receita destinada para gastos em aluguéis ou investimentos de bens de natureza não reversíveis tais como: bens administrativos, móveis, utensílios, veículos, etc.

d) Aji

Ajuste de Indisponibilidade é o componente da RAG que afere a qualidade do serviço prestado, além do Fator X que também pode ser utilizado para esse propósito. Os geradores são penalizados quando os limites de indisponibilidade são ultrapassados.

e) USO D, USO T, TFSEE, P&D e AJUSTES

Correspondem ao repasse de custos com o uso do sistema de distribuição e transmissão e também de encargos regulatórios.

27.4 RISCO DE REGULAÇÃO

Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá trazer impacto sobre as atividades da Companhia e de sua controlada.

27.5 RISCO DE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

O Governo Federal poderá implantar alterações na legislação tributária causando impactos nas operações da Companhia e sua controlada, principalmente se aumentarem a carga tributária.

27.6 RISCO RELACIONADO À INTEGRIDADE DO EMPREENDIMENTO

A Companhia opera barragens de reservatórios hidrelétricos (“barragens”) em regiões densamente habitadas. Eventuais acidentes podem afetar comunidades no entorno dessas estruturas. A exploração do setor hidrelétrico, conforme delineado no Contrato de Concessão de que é titular, é realizada considerando os riscos inerentes à sua operação, inclusive aqueles de reduzida probabilidade, como o rompimento ou galgamento das barragens. Eventos desta natureza causarão danos às edificações existentes à jusante, com risco de morte a seus habitantes e danos incalculáveis ao meio ambiente e à economia. Nessas hipóteses, a Companhia poderá ser acionada judicialmente com

Notas Explicativas

pedidos de indenização e, conseqüentemente, poderá ter sua situação financeira adversamente afetada. Para mitigar esses riscos a Companhia adota procedimentos de segurança das barragens, nos termos da legislação vigente, que estão descritos a seguir.

Segurança das Barragens

O sistema de segurança das barragens da EMAE foi estabelecido segundo o disposto na Lei federal nº 12.334/2010, que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens, e na Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015 que em conexão com a referida Lei federal estabelece critérios para classificação e formulação do Plano de Segurança de Barragens e Revisão Periódica de Segurança.

Nesse contexto, os procedimentos de segurança das barragens da EMAE compreendem a execução de inspeções regulares de segurança mediante vistorias nas estruturas, monitoramento e a análise da instrumentação associada aos Programas de Manutenções Preditiva e Preventiva.

Adicionalmente, a EMAE conta em sua equipe com engenheiros especializados em barragens, meio ambiente e técnico em edificações que realizam essas inspeções e elaboram a documentação técnica, assegurando a segurança das estruturas de suas barragens.

Classes de Risco:

A- São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial alto e cujas anomalias necessitam intervenção de curto prazo para manutenção das condições de segurança, não significa necessariamente casos de risco imediato de ruptura.

B- São barragens que apresentam categoria de risco ou dano potencial alto e cujas anomalias, se presentes devem ser controladas, monitoradas e as intervenções podem ser implementadas ao longo do tempo para manutenção das condições de segurança.

C- São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial médio ou baixo e que não apresentam anomalias e as existentes não comprometem a segurança da barragem.

Especificamente a respeito da Controlada, Pirapora Energia S.A informamos que de acordo com o Relatório de Classificação de Barragens - Ciclo 2020 Edição Maio 2021, o risco da Barragem Pirapora passou da Classe de Risco "A" para Classe "B". Em relação às Barragens da EMAE informamos que as mesmas encontram-se classificadas nas classes de risco "B" e "C".

27.7 RISCO RELACIONADO AO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NAS PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS DO ESTADO

Os reservatórios da EMAE estão localizados na Região Metropolitana de São Paulo e sofrem as pressões urbanas decorrentes dessa localização, notadamente por se tratar de região densamente povoada e palco de diversos conflitos pelo uso do solo, abastecimento público de água, controle de cheias e questões ambientais. Esse cenário pode impactar

Notas Explicativas

adversamente a Companhia, em especial pela ocupação de suas áreas urbanas e margens, com impactos negativos do ponto de vista social, ambiental e operacional da Companhia.

27.8 RISCO NA GESTÃO DO SISTEMA HÍDRICO TIETÊ/PINHEIROS (CONTROLE DE CHEIAS)

Por meio da Resolução nº 72, de 25 de março de 1998, a ANEEL transferiu para a EMAE os direitos de exploração dos serviços públicos de energia elétrica, notadamente para exercer as operações voltadas à geração de energia elétrica.

Nesse sentido, em conexão com seu Estatuto Social, Contrato de Concessão e Legislação vigentes, a EMAE realiza na gestão do sistema hídrico Tietê/Pinheiros, dentre outras, as atividades inerentes ao controle de vazão dos Rios, com a finalidade de evitar inundações em suas margens. Entretanto, eventual ocorrência de inundações pode ser vinculada às atividades desenvolvidas pela Companhia.

27.9 RISCO NA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS BALSAS - RESERVATÓRIO BILLINGS

A Companhia, por força da sucessão de obrigações da antiga Light, em função do enchimento do reservatório Billings, opera e mantém gratuitamente, travessias por meio de balsas em três pontos do reservatório, transportando pedestres e veículos. O serviço atende a todas as normas de segurança emanadas pela Marinha do Brasil, no entanto, a administração não tem meios de apurar com precisão os impactos de um eventual acidente com essas embarcações.

27.10 RISCO DE COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL

Conforme informado na nota explicativa nº 14 - ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS, a Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, denominados Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (PSAP/EMAE) e o Plano de Contribuição Definida (EMAE CD), os quais estão sujeitos a reavaliação atuarial anual.

Em função das características do PSAP/EMAE, déficits podem ser apurados pela alteração dos parâmetros atuariais utilizados a cada reavaliação, tais como: descasamento do indexador do patrimônio de cobertura com o indexador de reajuste dos benefícios, taxa de juros real, tábua de mortalidade, inflação, entre outros. Conforme determina a regulamentação aplicável a previdência complementar, déficits apurados devem ser equacionados e, dessa forma, há o risco de elevação das despesas previdenciárias.

Para mitigar esse risco, além de outras medidas, em maio de 2018 a Companhia fechou o PSAP/EMAE para novas adesões e passou a oferecer aos novos entrantes apenas o Plano de Contribuição Definida, o EMAE CD, que possui características que mitigam o risco de cobertura de déficits atuariais. Adicionalmente, em março de 2019, propôs a substituição do indexador de reajuste dos benefícios do PSAP/EMAE de IGP-DI para IPCA. Em 7 de abril de 2021 a PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar publicou no Diário Oficial da União, aprovou as alterações regulamentares no plano PSAP/EMAE possibilitando a troca de indexador do plano de IGP-DI para IPCA a partir de 01 de maio de 2021.

Notas Explicativas

28. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de concessão

A Companhia celebrou com a União, em 04 de dezembro de 2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões das usinas hidrelétricas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes.

b) Contrato de autorização

A ANEEL emitiu a Resolução Autorizativa nº 1.429, de 24 de junho de 2008 autorizando a EMAE estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da PCH Pirapora. O prazo de vigência da autorização é de 30 anos contados da data de sua publicação.

c) Contratos de uso do sistema de transmissão e distribuição

A Companhia mantém os seguintes contratos de transmissão e distribuição:

Unidade	Tipo de conexão	Companhia
Henry Borden	Transmissão	CTEEP - Cia. De Transmissão de Energia Elétrica Paulista (SIN)
Henry Borden	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Porto Goes	Distribuição	CPFL - Cia Paulista de Força e Luz
Rasgão	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica
PESA S.A	Distribuição	ENEL - Ente nazionale per l'energia elettrica

Todos os contratos possuem prazo de vigência até a data de extinção da autorização ou extinção da Companhia, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

29. ALTERAÇÕES NÃO CAIXA

Durante o período findo em 30 de junho de 2022, a Companhia e sua controlada realizaram as seguintes operações não caixa:

	Controladora			30.06.22
	31.12.21	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	
Arrendamento UTP.....	(365.022)	75.805	(46.908)	(336.125)
Ativo financeiro indenizável.....	(211.137)	(9.557)	5.009	(215.685)
Investimentos.....	(164.186)	(14.155)	16.407	(161.934)
Imobilizado.....	(78.763)	(482)	424	(78.821)
Intangível.....	(10.547)	(1.838)	358	(12.027)

	Consolidado			30.06.22
	31.12.21	Fluxo de Caixa	Alterações não caixa	
Arrendamento UTP.....	(365.022)	75.805	(46.908)	(336.125)
Ativo financeiro indenizável.....	(211.137)	(9.557)	5.009	(215.685)
Imobilizado.....	(226.232)	(623)	2.511	(224.344)
Intangível.....	(10.738)	(1.838)	(398)	(12.974)

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Reajuste Tarifário 2022 -2023

Por meio da Resolução Homologatória n° 3.068, de 12 de julho de 2022, a ANEEL publicou e homologou a Receita Anual de Geração das Usinas Hidrelétricas em regime de cotas, dos termos da Lei n° 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e fixou a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência da EMAE para o período de 1° de junho de 2022 a 30 de junho de 2023.

A RAG (Receita Anual de Geração) 2022/2023 trouxe o quinto reajuste da primeira revisão tarifária aplicada às concessionárias geradoras em regime de cotas, com a incorporação do adicional para investimentos em melhorias (GAG Melhorias) para as usinas sob gestão da Companhia. A GAG (Gestão de Ativos de Geração) melhorias, são recursos incorporados na RAG destinados a financiar a realização de melhorias nas usinas cotistas, com o objetivo de elevar os níveis de qualidade do serviço prestado.

O reajuste homologado representa um aumento de aproximadamente 12,88 % em relação à RAG anterior.

Notas Explicativas

b) Transação com parte relacionada - Permuta de imóveis

A Fazenda do Estado de São Paulo foi autorizada, por meio do Decreto Estadual n.º 66.983, de 20 de julho de 2022, a realizar a permuta com a EMAE de edifício localizado à Rua Augusta, n.º 1626, São Paulo/SP, de propriedade da Fazenda do Estado de São Paulo, avaliado em R\$ 82.461.333,00 (oitenta e dois milhões, quatrocentos e sessenta e um mil e trezentos e trinta e três reais), com o terreno de propriedade da EMAE, com área de 71.523,70 m², inserida no Parque Estadual Villa Lobos, situado na Avenida Dra. Ruth Cardoso, altura do n.º 4.800, também no município de São Paulo - SP, avaliada em R\$ 94.770.000,00 (noventa e quatro milhões e setecentos e setenta mil reais). A EMAE receberá a torna resultante da permuta no valor de R\$ 12.308.667,00 (doze milhões, trezentos e oito mil e seiscentos e sessenta e sete reais), a ser paga à vista, na oportunidade do registro da escritura. Este evento foi comunicado ao mercado em 21 de julho de 2022.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e aos conselheiros da
EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. – EMAE
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A. – EMAE contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, as quais compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais, de acordo com a NBC TG 21(R4) – Demonstração Intermediária; das informações contábeis intermediárias consolidadas, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB); e pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria. Consequentemente, essa revisão não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Ativo reversível da concessão

Alertamos para a Nota Explicativa nº 10. Os balanços patrimoniais individual e consolidado apresentam na rubrica de ativo reversível da concessão, no Realizável a Longo Prazo – Ativo Não Circulante, o montante de R\$ 195.374 mil referente aos investimentos a serem indenizados pelo poder Concedente (ANEEL), os quais foram mensurados pela companhia com base no valor residual. Esse montante ainda está em processo de homologação e será definido após fiscalização e determinação do “Valor Novo de Reposição – VNR” pela ANEEL. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidado, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia e apresentadas como informação suplementar, em consonância ao IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com

as informações contábeis intermediárias e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Independência

Também fornecemos aos responsáveis pela governança uma declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência; incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Barueri, 19 de julho de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S 2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP
Sócio Responsável Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85, 16º andar, Bairro Cidade Monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de junho de 2022; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, relativamente às Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de junho de 2022.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85, 16º andar, Bairro Cidade Monções, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.302.101/0001-42, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de junho de 2022; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, relativamente às Informações Trimestrais da EMAE do período findo em 30 de junho de 2022.